



**Universidade de
Aveiro
2015**

Departamento de Ciências Sociais,
Políticas e do Território

**ADOLFO
FIGUEIREDO
VIDAL**

**VALORIZAR O POTENCIAL ECONÓMICO DA
GESTÃO RESPONSÁVEL DE RECURSOS
NATURAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE
ESTARREJA**



**Universidade de
Aveiro
2015**

Departamento de Ciências
Sociais, Políticas e do Território

**ADOLFO
FIGUEIREDO
VIDAL**

**VALORIZAR O POTENCIAL ECONÓMICO
DA GESTÃO RESPONSÁVEL DE
RECURSOS NATURAIS: O CASO DO
MUNICÍPIO DE ESTARREJA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Doutor Artur da Rosa Pires, Professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e do Doutor Carlos Manuel Martins Santos da Fonseca, Professor Associado com Agregação do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro.

À Celeste, à Beatriz e ao Afonso, porque são a melhor família do mundo;

Ao Rafael e à Elisa porque a eles devo, ser o que sou hoje;

A todos aqueles que defendem a preservação e a valorização deste nosso extraordinário território e da Ria de Aveiro.

o júri

Presidente

Prof. Doutor Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa

Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

Vogal – Arguente Principal

Prof. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes

Professor Associado, Universidade de Coimbra

Vogal – Orientador

Prof. Doutor Artur da Rosa Pires

Professor Catedrático, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Aos Professores Artur Rosa Pires e Carlos Fonseca pela paciência inesgotável e pela abertura de horizontes que me proporcionaram;

Ao José Eduardo de Matos que, durante o tempo de aulas do Mestrado, nunca “permitiu” que abrandasse o ritmo e facilitasse na abordagem às diferentes disciplinas;

Ao Norberto Monteiro, que é muito mais do que o “operacional” do BIORIA.

palavras-chave

Gestão Responsável, Recursos Naturais, Potencial Económico, Estarreja

resumo

O Município de Estarreja desenvolveu na última década um conjunto de projetos e ações cujo denominador comum era o regresso (e aprofundamento) ou (re)descoberta da relação com a Ria de Aveiro, sob a ideia de “Virar o Concelho para a Ria”, valorizando 1/3 do território municipal esquecido ou desconhecido nas últimas décadas.

Estes projetos e ações avançaram em paralelo com ações na “remediação” do passivo ambiental histórico do Complexo Químico de Estarreja através de alterações nas técnicas de produção industrial e da aposta no saneamento industrial e urbano, salvaguardando a Ria de Aveiro.

Conjugadamente, estas iniciativas contribuíram já para mudar a notoriedade negativa de Estarreja, de um Município ligado à indústria química pesada e altamente poluente para um Município com uma imagem e dinâmicas ligadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Projetos como o pioneiro BIORIA, o Eco-Parque Empresarial, o Parque Urbano do Antuã, a recuperação dos cais da frente lagunar e o CICLORIA (este em conjunto com os municípios de Ovar e Murtosa e com a Universidade de Aveiro) são o exemplo vivo dessa dinâmica.

Reconhecidamente, existe um potencial de desenvolvimento dessas iniciativas que importa valorizar. Acresce que elas estão em linha com ideias recentes da União Europeia e também com a Política Regional, que enquadra a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Pretende-se assim na Dissertação explorar novas perspetivas subjacentes às novas orientações de política pública, verificar a relevância e aplicabilidade para as condições concretas de Estarreja e, com tudo isto, esboçar estratégias para dar uma continuidade e dimensão acrescida ao que tem vindo a ser feito

keywords

Responsible Management, Natural Resources, Economic Potential, Estarreja

abstract

The Municipality of Estarreja has developed in the last decade a set of projects and actions in which the common denominator was the return (and deepening) or the (re)discovery of the link with the Ria de Aveiro, under the idea of “turn the county to the Ria”, valuing one third of the territory that was forgotten or even unknown in the last decades.

These projects and actions have progressed in parallel with other actions in the remediation of the environmental liability associated to the Estarreja Chemical Complex through the changes introduced in their production processes and investing in the industrial and urban sanitation, preserving the Ria de Aveiro.

In combination, these measures have contributed to change the negative notoriety associated to Estarreja, known as one municipality linked to the heavy chemical industry, highly pollutant, to a new image associated with the environmental conservation and the sustainable development.

Projects like the precursor BioRia, Estarreja Business Eco-Park, the Antuã Urban Park, the regeneration of the docks located in the front lagoon areas and the Cicloria (this, in particular, together with other municipalities: Ovar and Murtosa and University of Aveiro) are the living example of this dynamic.

Strongly recognized, exists an potential development of these kind of initiatives which is important to enhance. In addition, these initiatives are aligned with the recently directives of the European Union and also the Regional Politics in which fits the application of Estructural Funds and Investments.

Is intended in this dissertation explore new underlying perspectives of the public politics, checking the relevance and applicability to the real conditions existing in Estarreja, and based on that, sketch strategies to give the continuity and growth to all the actions that have been implemented.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1.....	23
INTRODUÇÃO	23
1.1 Domínio e Foco da Pesquisa	25
1.2 Campo de Aplicação	26
1.3 Justificação da Pesquisa	26
1.4 Decisões metodológicas	27
1.5 Estrutura da Tese	28
CAPÍTULO 2.....	31
A GESTÃO RESPONSÁVEL.....	31
2.1 Resolução do Passivo Ambiental.....	36
2.1.1 ERASE.....	36
2.1.2 Ligação dos efluentes líquidos do Complexo Químico de Estarreja ao sistema Intermunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro - SIMRIA.....	38
2.2 Valorização de Recursos.....	39
2.2.1 PACOPAR	40
2.2.2 Eco-Parque Empresarial de Estarreja.....	41
2.2.3 Parque Municipal de Antuã.....	42
2.2.4 BIORIA.....	42
2.2.5 Valorização das Atividades Tradicionais	45
2.2.6 Protocolo de colaboração com a Universidade de Aveiro	48
2.3 Cooperação Intermunicipal	49
2.3.1 O Projeto Unir@Ria	49
2.3.2 POLIS Litoral Ria de Aveiro	51
2.3.3 CICLORIA.....	53
2.4 Organização de eventos e ações com projeção nacional e internacional	55
2.4.1 ObservaRia, Birdwatching Fair	55
2.4.2 Arte Urbana em Estarreja.....	55
2.4.3 BioRace Challenge – corrida de obstáculos na área do BIORIA	56

2.5 Síntese	58
CAPÍTULO 3.....	59
O POTENCIAL DOS RECURSOS NATURAIS NA PERSPETIVA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	59
3.1 O Município de Estarreja.....	60
3.2 Habitats Prioritários	61
3.3 Espécies consideradas prioritárias	66
3.4 Património natural, conhecimento científico e estratégia económica	76
3.5 Síntese	79
CAPÍTULO 4.....	81
AS NOVAS ORIENTAÇÕES E OS NOVOS QUADROS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	81
4.1 A Estratégia Europa 2020	81
4.2 A Política Regional da União Europeia	82
4.3 Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3).....	86
4.4 A RIS 3 do Centro de Portugal	87
4.5 O Quadro Estratégico Comum - QEC.....	89
4.6 O Acordo de Parceria Portugal – União Europeia	91
4.7 Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - POSEUR ..	94
4.8 Compromisso para o Crescimento Verde	96
4.9 Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020.....	100
4.10 O PDR 2020.....	103
4.11 As novas oportunidades e desafios.....	103
4.12 Síntese	104
CAPÍTULO 5.....	107
OS NOVOS CAMINHOS – Considerações Finais.....	107
5.1 Limitações da Pesquisa.....	116
5.2 Recomendações para Investigações Futuras	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
7. ANEXOS	124
Anexo 1 – Matriz de enquadramento de Medidas	124

Anexo 2 – Estudos científicos realizados no território com incidência direta sobre o tema da dissertação	126
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - “Auto-estradas” da Ria de Aveiro (meados séc. XX).....	32
Figura 2 - Modelo de desenvolvimento proposto no Plano Estratégico Territorial de Estarreja	34
Figura 3 - A gestão responsável.....	36
Figura 4 - Área de influência do projeto Agrícola do Vouga	47
Figura 5 - “Guarda Rios”, Arte Urbana em Estarreja.....	56
Figura 6 - O conhecimento científico e o desenvolvimento económico.....	60
Figura 7 - Desenvolvimento da Estratégia Europa 2020 no contexto da dissertação	85
Figura 8 - Acordo de Parceria: Dimensões Estratégicas.....	92
Figura 9 - Acordo de Parceria: Programas Operacionais	93
Figura 10 - CCV – Visão.....	98
Figura 11 - CCV: Pilares e Catalisadores do Crescimento Verde	98
Figura 12 - As oportunidades e desafios de valorização dos recursos naturais no contexto das novas políticas públicas	104
Figura 13 - Capital Natural como fonte de desenvolvimento sustentável	114

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologia.....	57
Tabela 2 - Objetivos Temáticos (pré-definidos na Regulamentação Comunitária)	90
Tabela 3 - Acordo de Parceria Portugal 2020: estruturação estratégica por domínios (temáticos e transversais) e por objetivos temáticos	93
Tabela 4 - Acordo de Parceria: abrangência Territorial dos Programas Operacionais	94
Tabela 5 - Prioridades de investimento do Eixo III do POSEUR com relevância para a dissertação.	96
Tabela 6 - POSEUR, Eixo III, Tipologia de Operações elegíveis	96
Tabela 7 - Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento com incidência direta nas temáticas da dissertação.....	101

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADP	Adubos de Portugal
AdRA	Águas da Região de Aveiro
AIDUS	Área de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AIPQR	Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação
AMRIA	Associação de Municípios da Ria
APEQ	Associação Portuguesa de Empresas Químicas
BVL	Baixo Vouga Lagunar
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CEFIC	Conselho Europeu da Indústria Química
CIA	Centro de Interpretação Ambiental
CIRA	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
CIRES	Cires-Companhia Industrial de Resinas Sintéticas SA
CME	Câmara Municipal de Estarreja
CP	Comboios de Portugal
CQE	Complexo Químico de Estarreja
CRER	Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Estratégia
ENAAAC	Nacional de Adaptação à Alterações Climáticas
ENEI	Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
E-PE	Eco-Parque Empresarial de Estarreja
	Agrupamento para a Regeneração Ambiental das Águas
ERASE	Subterrâneas e Solos de Estarreja
EU	European Union
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FIO	Feira Internacional de Turismo Ornitológico
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
GAMA	Grande Área Metropolitana de Aveiro
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
ITI	Intervenções Territoriais Integradas
MADR	Ministro-adjunto e Desenvolvimento Regional
MAOTE	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
NUT III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos correspondentes a Entidades Intermunicipais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OT	Objetivo Estratégico
PACOPAR	Painel Consultivo Comunitário de Atuação Responsável de Estarreja
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PAF	Quadro de Ações Prioritárias para a Rede Natura 2000
PAV	Projeto Agrícola do Vouga
PDCT-RA	Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PO	Plano Operacional
POR	Programa Operacional Regional
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PPEEE	Plano de Pormenor
PSRN	Plano Setorial Rede Natura
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QEC	Quadro Estratégico Comum
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional

	Convention on Wetlands of International Importance especially as
RAMSAR	Waterfowl Habitat
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RIS3	Estratégia de Especialização Inteligente
RSPB	Royal Society for the Protection of Birds
	Associação Empresarial dos Concelhos de Estarreja, Sever do
SEMA	Vouga, Murtosa e Albergaria-a-Velha
SIMRIA	Saneamento Integrado dos Municípios da Ria
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
Unir@Ria	Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro
UNITECA	União Industrial Têxtil e Química, SA
VEC	Via Ecológica Ciclável
ZPE	Zona de Proteção Especial

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

O Concelho de Estarreja, situado próximo da costa Atlântica e num espaço geográfico compreendido entre as cidades do Porto e Aveiro, é um dos 19 concelhos que constituem o distrito de Aveiro. Estarreja distinguiu-se a nível nacional pelo modelo de desenvolvimento industrial, iniciado em meados do Século XX com o *know how* daquela época e a resultante contaminação aérea, de solos e de aquíferos.

Após a entrada de Portugal na União Europeia na década de oitenta, há uma perceptível alteração de tecnologias com a minimização de fontes poluidoras. Com uma notável evolução na mudança de mentalidades e na forma de encarar o ambiente e a poluição, emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Uma gestão ambiental responsável não está restringida apenas às empresas/instituições, mas estende-se, também, para a população em geral. Muitas vezes, a população necessita de reorientação sobre a importância deste assunto. Os recursos naturais são limitados e são permanentemente afetados pelos processos de utilização, exaustão e degradação decorrentes de atividades públicas ou privadas, o que gera, ao longo dos tempos, um passivo ambiental que tem de ser gerido e muitas vezes corrigido, transformando a ação em oportunidade de valorização.

O Património Natural de Estarreja, fruto da sua privilegiada localização geográfica, nem sempre foi reconhecido pela sua riqueza e biodiversidade encerrando em si um conjunto de problemas decorrentes do seu passivo ambiental acumulado ao longo dos anos. O desafio de reavivar a sua identidade perdida no tempo, valorizando este ecossistema natural, foi conseguido em grande medida através do BIORIA, projeto pioneiro de conservação da natureza e biodiversidade da Câmara Municipal de Estarreja, que neste milénio ousou “Virar o Concelho para a Ria” (Câmara Municipal de Estarreja, 2004).

Tratando-se de uma zona de grande potencial na vertente da biodiversidade, justifica-se uma análise onde seja possível identificar tais recursos como ponto de partida para uma abordagem mais integrada das possibilidades potenciais desta região e das oportunidades de valorização deste território.

A presença abundante de recursos hídricos está deveras associada à história do desenvolvimento do concelho, quer pelo transporte de sal e mercadorias, que eram assegurados pelos inúmeros canais que outrora representavam o principal e mesmo único meio de comunicação com o exterior; quer pela orizicultura, que representou uma das mais importantes culturas agrícolas da região. Hoje, com o abandono das atividades tradicionais, a água continua a modelar a paisagem, assegurando a continuidade de dinâmicas essenciais para a conservação da biodiversidade local e do próprio ecossistema da Ria de Aveiro no seu todo.

O potencial de desenvolvimento existe claramente no território de Estarreja, traçando um percurso convergente com as orientações e prioridades com a Estratégia Europeia 2020 que define o desenvolvimento de uma nova economia inteligente, sustentável e inclusiva. Esta assenta num novo olhar sobre as políticas públicas, projetando uma economia mais competitiva e eficiente na utilização sustentável dos recursos, procurando proteger o ambiente, promovendo a inclusão e o desenvolvimento económico. Estas novas orientações estabelecem um novo quadro de políticas públicas que podem resultar no enquadramento de novos projetos das regiões e dos municípios que terão uma atenção especial aos Ecossistemas e ao denominado “Capital Natural”. O quadro de políticas públicas (europeias, nacionais e regionais) para Portugal neste novo período resultou no Acordo de Parceria de Portugal com a União Europeia que estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de investimento em Portugal.

Nesta perspetiva ter-se-ão em conta as condicionantes da governação local, nomeadamente as que são hoje assumidas como os novos desafios do poder local.

A preservação do Património Natural de Estarreja, com base numa gestão responsável de recurso naturais tem vindo a ser uma prioridade para o Município. Este trabalho visa ilustrar um exemplo em que o capital natural (ou a gestão responsável de recursos naturais) encerra potencial de desenvolvimento económico. Numa perspetiva de progressão do conhecimento, pretende-se analisar o que foi feito, avaliar e descrever alguns dos recursos, enquadrar com potencialidades de financiamento definidas em políticas públicas e traçar caminhos futuros de valorização económica dos recursos naturais desta zona.

1.1 Domínio e Foco da Pesquisa

Sendo o domínio deste projeto a valorização do potencial económico da gestão responsável de recursos naturais do município de Estarreja, pretende-se contextualizar todos os aspetos relevantes sobre esta temática de forma a avaliar e descrever alguns dos recursos, enquadrar as potencialidades de financiamento definidas em políticas públicas e traçar caminhos futuros de valorização económica dos recursos naturais desta zona.

Na revisão da literatura aprofundou-se mais a pesquisa sobre estas temáticas. Após uma recolha e reflexão sobre a natureza e o processo evolutivo das principais áreas de intervenção e recursos potenciais desta região, o foco da pesquisa incidiu sobre as novas orientações e os novos quadros de políticas públicas. Estes serão alvo de estudo e avaliação no sentido de se perceber o seu contributo para a temática em análise.

Para efeitos do presente estudo, o problema central da pesquisa consiste em determinar se:

A gestão responsável dos recursos naturais encerra potencial de desenvolvimento económico do Município de Estarreja?

O foco do tema desta dissertação remete para uma dinâmica que começou pela valorização dos recursos, que teve um processo evolutivo e em que agora estamos à procura de novas formas de valorização a partir das novas oportunidades que estão disponíveis.

Quais são essas novas oportunidades? Onde as vamos procurar? São outras das questões a que vamos tentar responder nesta dissertação.

Desta forma, e tendo a presente investigação como objetivo principal, pretende-se averiguar o que já foi feito, avaliar e descrever alguns dos recursos, enquadrar com potencialidades de financiamento definidas em políticas públicas e perspetivar caminhos futuros de valorização económica dos recursos naturais do Município de Estarreja.

1.2 Campo de Aplicação

Atendendo a que se pretende levar a cabo um estudo de caso, a pesquisa foi aplicada ao Município de Estarreja e toda a sua área de envolvimento com a Ria de Aveiro.

1.3 Justificação da Pesquisa

O presente trabalho mostra-se relevante como estímulo para outros estudos de valorização económica dos recursos naturais.

Acresce referir o interesse direto do investigador que é Vice-Presidente da Câmara e Vereador, entre outros, do pelouro do Ambiente, mas também da Economia e Finanças, o que faz com que este tenha formada (ou formatada?) uma determinada visão sobre as ações a desenvolver no território e que pretenda questionar as opções tomadas refletindo sobre elas, tentando descobrir e traçar, fundadamente, novos caminhos. Por outro lado, outro fator a ter em conta tem a ver com o conhecimento profundo prévio do investigador sobre o território em causa.

A busca das novas orientações a partir do novo quadro de políticas públicas, sustenta o estudo no sentido de se perceber o seu contributo para a temática em análise.

É relevante ainda pelo traçar dos novos caminhos a seguir, verificando-se a relevância e aplicabilidade dos mesmos para as condições concretas de Estarreja, dando uma continuidade e dimensão acrescida ao que tem vindo a ser feito e espelhando-se no desenvolvimento económico e social da área em análise.

A pesquisa das temáticas nas principais bases de dados académicas e científicas (como a Emerald, Springer, B-on e Jstor, entre outras) restitui-nos um número razoável de artigos científicos desenvolvidos nesta área mas com caráter demasiado generalista. Soma-se a estas justificações o interesse pessoal inerente a um estudo desta natureza, por ser um segmento de atuação que desperta curiosidade no pesquisador em adquirir novos conhecimentos sobre a área, visto trabalhar no Município de Estarreja. A própria Câmara Municipal de Estarreja revela interesse prático e de gestão nas conclusões do estudo.

Desta forma, parece haver evidências quanto à relevância do tema e à necessidade de estímulo de pesquisas adicionais, o que esteve na origem desta investigação. Com o presente trabalho pretendeu-se, assim, trazer um contributo adicional à temática.

1.4 Decisões metodológicas

Após a apresentação do tema e a justificação da pesquisa, é exposta a estratégia metodológica adotada. Esta implicou a análise de elementos relativos ao tema, à sua leitura, tratamento, comparação, sistematização e explicação, de modo a tornar inteligível a realidade que representam (Fernandes, 1995). Para Fortin (1999), a fase metodológica torna o estudo operacional, definindo as variáveis, o contexto da pesquisa, a população e a amostra.

Numa pesquisa científica poderão ser seguidos dois grandes tipos de investigação: a via qualitativa e a via quantitativa (ou ambas). A pesquisa qualitativa é, normalmente, baseada no construtivismo, enquanto as perspetivas quantitativas se baseiam mais no positivismo. O construtivismo pressupõe múltiplas realidades construídas pelos indivíduos e análises numa perspetiva holística, enquanto o positivismo assenta numa realidade real e apreensível. O enquadramento num dado paradigma dependerá do tipo de fenómeno social a analisar, dos objetivos inerentes ao estudo, das bases de conhecimento correspondentes à realidade e de qual a relação do indivíduo com o seu meio ambiente (Malhotra, 2002).

A metodologia a ser utilizada neste projeto assumirá um carácter qualitativo, mas também exploratório e descritivo.

A pesquisa exploratória visa a compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador (Malhotra, 2002). Como o próprio nome sugere, procura explorar um dado evento, problema ou situação concreta com vista a compreender as razões e motivações inerentes a determinadas atitudes e comportamentos. Visa obter dados descritivos utilizando para isso contacto direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo. Viabiliza, assim, o melhor entendimento do fenómeno em questão, porque torna possível detetar, de modo mais adequado, as representações simbólicas que motivam o leitor.

Tal será aplicável ao presente estudo, dados os seus objetivos já anteriormente explanados. Neste estudo, a vertente exploratória traduz-se em consultas a documentos institucionais com informações fundamentais para a compreensão do tema em análise.

Esta pesquisa assume, por outro lado, um carácter também descritivo, já que visa obter dados descritivos utilizando para isso o contacto direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo, tendo assumido a forma de estudo de caso, sendo esta uma metodologia qualitativa válida em Ciências Sociais e que permite obter informações sobre casos particularizados (Kiser, 1997).

1.5 Estrutura da Tese

Esta tese foi estruturada em 5 capítulos principais.

- Capítulo 1: Introdução, onde são abordados o domínio e foco da investigação, o problema e objetivos da pesquisa, o campo de aplicação, a justificação da investigação;
- Capítulo 2: A Gestão Responsável dos Recursos Naturais, que constará do levantamento e caracterização cronológicas do trabalho do Município de Estarreja nesta área. Daqui constam a análise às diferentes dimensões de intervenção realizadas até aqui na perspetiva da gestão responsável;
- Capítulo 3: O Potencial dos Recursos Naturais na perspetiva do conhecimento científico, onde se objetiva recorrer ao enorme manancial de conhecimento científico sobre a biodiversidade do Município que está disponível, designadamente na Universidade de Aveiro, definindo as espécies de fauna e flora que são centrais na biodiversidade local. Deste capítulo fazem parte a descrição dos habitats e espécies prioritárias e ainda alguns exemplos de realidades onde ocorre similitude de processos e ações;
- Capítulo 4: As novas Orientações e os novos Quadros de Políticas Públicas, abarcando os níveis europeus (Europa 2020, Política Regional), nacionais (Acordos de Parceria e PO Temático) e regional (RIS3 do Centro de Portugal e PO Regional). Aqui exploramos o enquadramento de possíveis oportunidades de valorização com o novo quadro de políticas públicas;

- Capítulo 5: Os novos caminhos, capítulo integrativo (e criativo), explorando a integração entre os capítulos anteriores a nível de quadro de referência e a título ilustrativo lançando possíveis programas de ação em torno de temáticas específicas e a partir das oportunidades identificadas no capítulo 4. Terminamos este capítulo com as considerações finais do trabalho, bem como as suas limitações e sugestões para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2

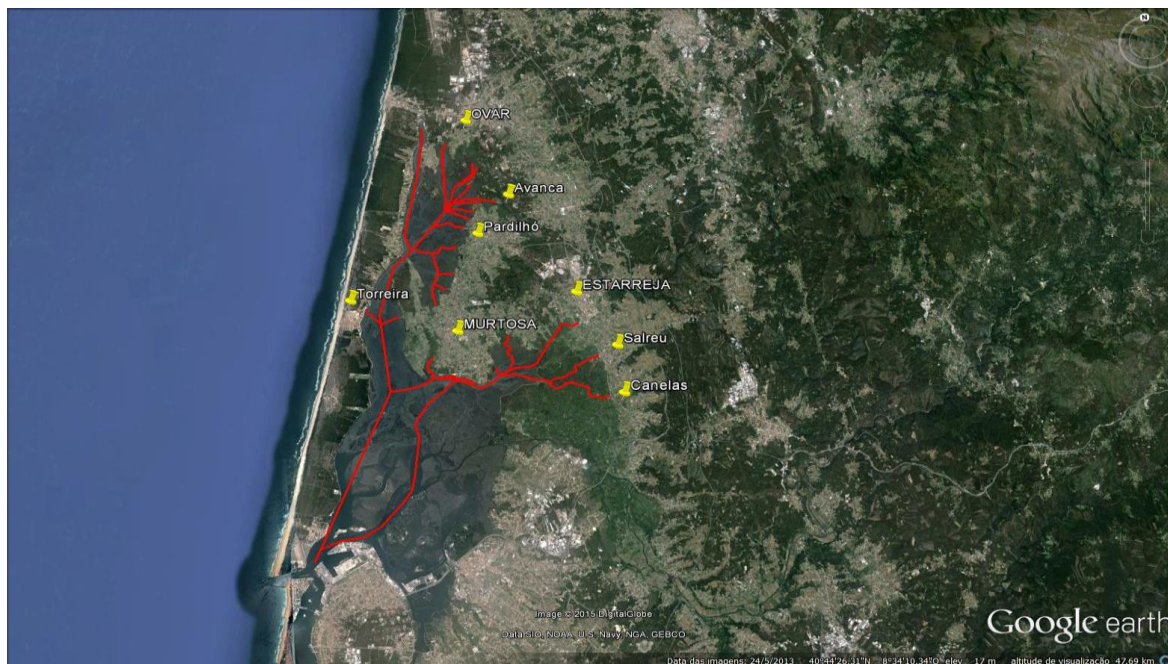
2. A GESTÃO RESPONSÁVEL

O Concelho de Estarreja, situado próximo da costa Atlântica e num espaço geográfico compreendido entre as cidades do Porto e Aveiro, é um dos 19 concelhos que constituem o distrito de Aveiro. Com uma área total de 107Km², este concelho é parte integrante da Ria de Aveiro, acidente geográfico ímpar, com a qual todas as 5 freguesias que o compõem fazem fronteira direta. É limitado a Norte por Ovar, a Poente pela Murtosa, a Nascente por Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha e a Sul por Aveiro e Albergaria-a-Velha. Importa salientar que mais de um quarto do território Estarrejense, integra a área classificada como Zona de Proteção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro. Em paralelo, Estarreja caracteriza-se também por possuir uma extensa frente “de Ria”, sendo assim um território indissociável da laguna e de todas as suas dinâmicas.

A água é assim um elemento incontornável. Todo o território é próspero em linhas de água, constituindo uma rede hídrica bastante complexa como descreveremos mais à frente.

A presença abundante deste recurso está umbilicalmente associada à história do desenvolvimento do concelho, quer seja pelo transporte de sal e mercadorias, sendo assegurados pela navegação através dos inúmeros canais (Esteiros), que outrora representavam o principal e mesmo único meio de comunicação com o exterior; quer seja pela orizicultura, que representou uma das mais importantes culturas agrícolas da região. No final do século XIX e até meados do século XX, estes canais secundários da Ria, criados pelo homem, formaram uma complexa rede de acesso náutico que constituía, ao tempo, uma autêntica rede de auto-estradas da Ria. Eram as “artérias” que alimentavam o “coração” do Canal Norte da Ria (Ovar, Estarreja e Murtosa – Figura 1).

Figura 1 - “Auto-estradas” da Ria de Aveiro (meados séc. XX).



Fonte: Elaboração própria, a partir de Google, 2015

A partir de meados do Século XX, com a implementação do complexo químico com o Amoníaco Português e a União Industrial Têxtil e Química, SA (UNITECA) Estarreja notabilizou-se a nível nacional pelo modelo de desenvolvimento industrial, com o know how próprio da época e a consequente contaminação aérea, de solos e de aquíferos. O parque de indústria química pesada era um dos maiores do país e concentrava, já ao tempo, um volume importante de exportações dando emprego a milhares de pessoas. Em paralelo, foi sendo fator de atratividade de investimento estrangeiro da indústria química – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas SA (CIRES), Air Liquide, ISOPOR/DOW Chemical – criando aquilo que hoje se denomina como “cluster” da indústria química que tem hoje existência formal consubstanciada na Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação (AIPQR) e a denominação local de Complexo Químico de Estarreja (CQE). O município é assim uma das áreas de maior dinâmica industrial e de maior valor acrescentado no setor secundário. Atualmente, o CQE representa 10% do total de exportações da indústria química instalada em Portugal, que, por sua vez, representa 10% do total das exportações nacionais; o que quer dizer que o CQE representa 1% do total das exportações do nosso país.

Mas é um facto que décadas de produção e deposição de efluentes sem controlo criaram um passivo ambiental de difícil gestão no advento da nova forma de olhar o ambiente e o desenvolvimento sustentável, tornando a imagem externa de Estarreja colada a práticas de poluição ambiental e a um território muito afetado por tal imagem. Acresce que a discussão ocorrida em meados da década de 90 do século XX sobre a instalação da incineradora no Concelho veio ainda sublinhar de forma acrescida essa perceção de "território poluído". Paralelamente, as zonas de fronteira do Concelho com a Ria tinham sido votadas ao abandono.

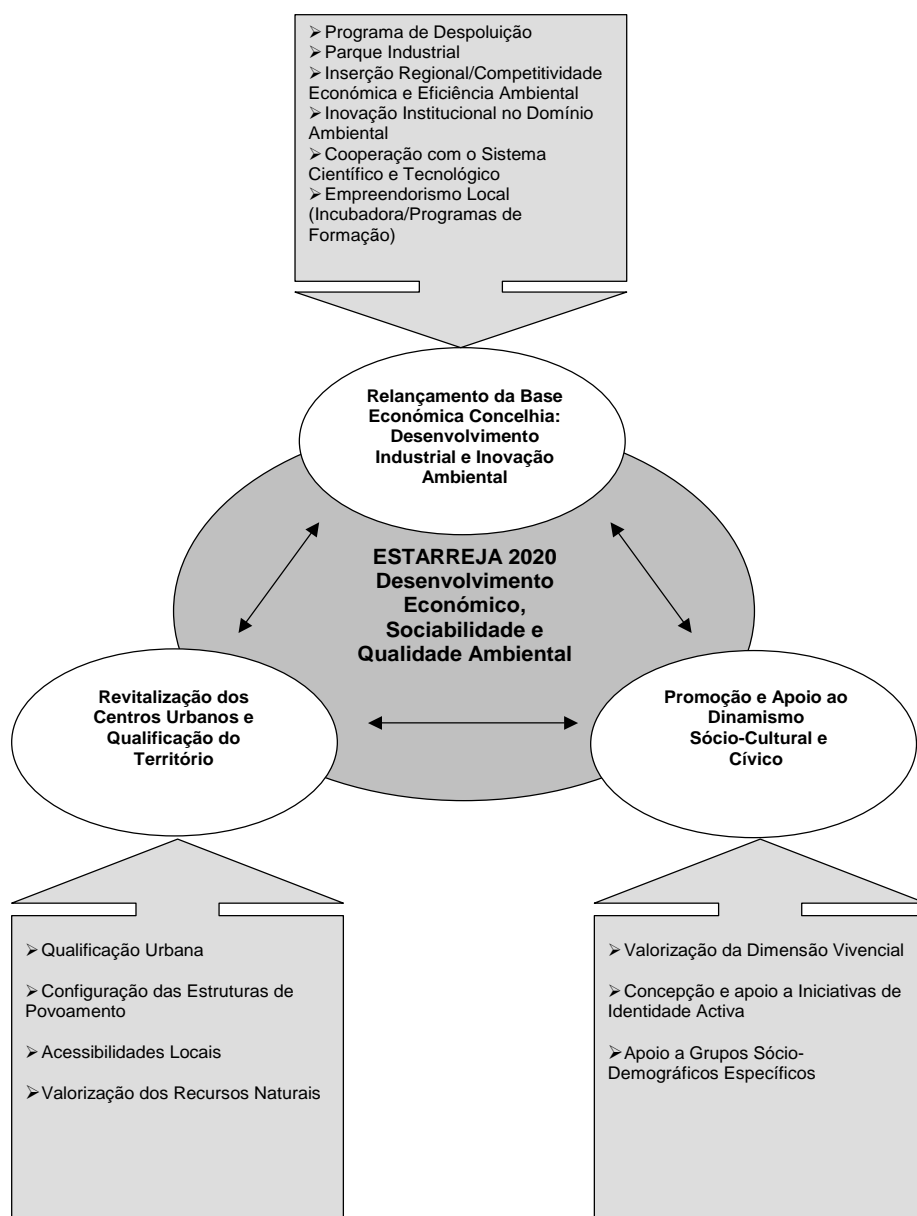
Após a entrada de Portugal na União Europeia, na década de oitenta, há uma sensível alteração de tecnologias com redução significativa de fontes poluidoras e recuperação dos passivos, e mais importante, uma sensível evolução na mudança de mentalidades e na forma de encarar o ambiente e a poluição. Começa a emergir o conceito de Desenvolvimento Sustentável¹.

No final da década de 90 do século passado tornava-se clara a necessidade de fazer algo quanto ao paradigma futuro de desenvolvimento de Estarreja. Ao tempo, ocorreu um momento de discussão alargado com incidência nesta matéria. A possibilidade real que existiu de ser instalada uma Incineradora de resíduos perigosos em Estarreja, implicava já como contrapartida um conjunto de medidas de remediação ambiental em termos do passivo existente em Estarreja, no que pode ser considerado o embrião do projeto ERASE. Mas pontapé de saída de cariz mais institucional para essa indispensável discussão é dado com a apresentação do Plano Estratégico Territorial de Estarreja elaborado pela Universidade de Aveiro.

Este momento de viragem e essa nova abordagem ocorre pelo lançamento das bases de um modelo de desenvolvimento económico ligado à inovação ambiental, valorizando os recursos naturais (Figura 2), no fundo propondo um novo modelo de desenvolvimento com um diferente quadro de valores (Câmara Municipal de Estarreja, 2001).

¹ Desenvolvimento sustentável: "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades", Relatório Brundtland (1987)

Figura 2 - Modelo de desenvolvimento proposto no Plano Estratégico Territorial de Estarreja



Fonte: Município de Estarreja (2015)

O modelo de desenvolvimento então proposto pretendia traduzir as necessidades e expetativas da comunidade Estarrejense e oferecer um quadro orientador para as estratégias e políticas públicas de desenvolvimento do concelho, encontrando apoio em três ideias organizadoras principais, com fortes ligações entre si:

- Uma aposta estratégica fundamental no fortalecimento e relançamento da base de sustentação económica local. Esta aposta estratégica, para cuja concretização seria fundamental garantir o cumprimento do programa de despoluição e a concretização do parque industrial, passava pela definição de uma política industrial municipal que, tendo como referenciais o contexto regional e os fatores de competitividade emergentes, potenciasse e valorizasse os recursos endógenos e a atratividade do concelho;
- Uma abordagem global à qualificação urbana e à diversificação do suporte territorial das dinâmicas económicas e vivenciais concelhias. Neste âmbito, inserem-se objetivos de qualificação da forma urbana, de revitalização de centros urbanos, de melhoria de acessibilidades internas e de valorização de espaços naturais;
- Uma ação determinada no estímulo à dinamização e ao alargamento da abrangência das iniciativas socioculturais e de envolvimento cívico da comunidade concelhia, que qualifiquem a vivência quotidiana (cultura, lazer e recreio) e a sensibilidade às necessidades de grupos sociodemográficos específicos, e que fomentem e aprofundem a identificação e o sentido de pertença na comunidade local.

Sublinhava-se a opção pela intervenção nas três ideias paralelamente, assumindo que só dessa forma se poderia tirar o partido suposto de uma lógica integradora.

Nesta sequência e na trajetória que a partir daí e, nesta década e meia, se tentou traçar, podemos identificar assim 4 áreas de intervenção que entre si se interligam:

- A resolução do Passivo Ambiental;
- A valorização dos recursos e da Ria em particular;
- A cooperação intermunicipal, com a mobilização de todos os municípios para a valorização da Ria.
- A organização de eventos e ações de projeção nacional e internacional.

Figura 3 - A Gestão Responsável



Fonte:Elaboração própria

2.1 Resolução do Passivo Ambiental

No que respeita à **resolução do passivo ambiental** que, como vimos no início, tem uma dimensão muito sensível em Estarreja, identificamos duas ações emblemáticas nesse processo: a constituição do **Agrupamento para a Regeneração Ambiental das Águas Subterrâneas e Solos de Estarreja (ERASE)** e a ligação dos efluentes líquidos do CQE ao **sistema municipal do Saneamento Integrado dos Municípios da Ria (SIMRIA)** (SIMRIA, 2015).

2.1.1 ERASE

Embora tendo tido formalmente o seu início em 1998 com a Aprovação pela Assembleia Municipal de Estarreja dos Estatutos e Acordo Parassocial, o Projeto ERASE – Agrupamento para a Regeneração Ambiental das Águas Subterrâneas e Solos de Estarreja, ACE – apenas teve a sua tradução física em 2003 e com ele foi dado o pontapé

de saída essencial para o início do processo de remediação do passivo ambiental de Estarreja. Do ERASE fazem parte a Câmara Municipal de Estarreja e as empresas do Complexo Químico de Estarreja (CQE).

O projeto consiste na construção de uma estrutura de confinamento para os materiais contaminados que se encontram depositados na zona do CQE. Esta estrutura permitiu confinar, de forma segura, os principais resíduos resultantes de produções antigas na zona do CQE (resíduos esses que se encontravam depositados diretamente no solo), além dos sedimentos existentes nas valas de drenagem/linhas de água mais criticamente afetadas pelas mesmas atividades industriais ao longo dos anos.

Foram selados 300 mil m³ de antigos resíduos industriais e solos contaminados. O aterro foi começado a construir em finais de 2003, em cima da zona onde foram depositadas as cinzas de pirites da indústria química. Ali foram confinadas também lamas de mercúrio que se encontravam no complexo químico e foi selado em 2006, ocupando cerca de cinco hectares e atingindo uma altura de oito metros. Após a selagem da unidade, a área intervencionada sofreu uma recuperação paisagística e ficou garantida a monitorização ambiental da estrutura durante um período de cinco anos, que terminou em 2011. O investimento global do projeto foi de 6,9 milhões de euros. O financiamento comunitário através do Programa Operacional do Ambiente foi de 3,8 milhões de euros. Parte do investimento foi suportado pelas empresas CIREs, ADP e QUIMIGAL.

A sua concretização impediu e impede futuros fenómenos de contaminação dos aquíferos locais, águas superficiais e solos, devidos ao transporte pelo vento e a fenómenos de infiltração das águas da chuva na massa de resíduos, ao tempo, constituindo-se como um projeto de remediação de uma situação ambientalmente desfavorável.

O problema de contaminação dos solos de Estarreja foi o primeiro a ser resolvido entre quatro grandes passivos ambientais existentes em Portugal. Em 50 anos de Complexo Químico, a notoriedade ambiental negativa de Estarreja recebeu finalmente um forte sinal de sentido contrário.

Em 2013, o ERASE adjudicou a realização do Projeto de Execução da Remediação Ambiental de Vala Hidráulica na envolvente do Complexo Químico de Estarreja (CQE),

incluindo Estrutura de Confinamento (Aterro) para os Solos Contaminados a serem removidos da vala de S. Filipe e o respetivo Estudo de Impacto Ambiental.

O referido projeto, localizado na freguesia de Beduido, tem como objetivo a resolução da problemática da contaminação presente na vala hidráulica de S. Filipe, que foi utilizada para a descarga de efluentes líquidos provenientes do CQE, situação que já não se verifica há bastante tempo.

Esta intervenção atrás referida e duas mais previstas com o mesmo fim (vala da Breja e vala do Canedo), enquadradas na componente de remediação de passivos ambientais, são suscetíveis de enquadramento em termos de políticas públicas no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2020, nomeadamente no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Uso de Recursos (POSEUR), onde esta componente ocupa lugar de destaque.

2.1.2 Ligação dos efluentes líquidos do Complexo Químico de Estarreja ao sistema Intermunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro - SIMRIA

O Sistema Intermunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro foi criado com o objetivo de defender e valorizar a Ria de Aveiro, enquanto recurso natural da região, criando condições para fazer renascer as atividades tradicionais e fomentando a sua recuperação enquanto espaço de bem-estar e de lazer, numa ótica de melhoria da qualidade de vida e da preservação e utilização sustentada dos recursos ambientais. A criação do sistema resultou assim de um trabalho conjugado a nível regional.

A sua missão consistia na satisfação das necessidades de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e industriais dos municípios pertencentes ao Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, promovendo a requalificação ambiental da sua zona de abrangência, nomeadamente dos ecossistemas da Ria de Aveiro e Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica e social.

No caso de Estarreja, desde 2001 que a Câmara Municipal definiu como prioritária a ligação dos efluentes do CQE ao Sistema Intermunicipal, considerando que de pouco valia realizar ações como a do ERASE se se continuassem a despejar efluentes contaminados

no meio ambiente. E por isso foi desde o início parte interessada nos sucessivos protocolos de ligação, que se iniciaram com a CIRES em Dezembro de 2003, seguindo-se a DOW em 2004 e as restantes empresas do CQE.

2.2 Valorização de Recursos

No que se refere à valorização dos recursos salientam-se ações de diferente cariz mas de importância sublinhada. Concretamente o Painel Consultivo Comunitário de Atuação Responsável de Estarreja (PACOPAR) na componente de ações de responsabilidade social, o Eco-Parque Empresarial de Estarreja na componente de desenvolvimento económico pela criação de riqueza e emprego, e projetos como a criação do Parque Municipal do Antuã e o emblemático projeto BIORIA, na componente de inovação e valorização ambiental. Importa também dar aqui lugar de destaque à valorização das atividades tradicionais, a agricultura, nomeadamente, tendo em conta que estamos perante um território extremamente fértil em termos agrícolas, cuja ação permite, por exemplo, a existência dos arrozais mais a norte do país (e do hemisfério norte) e que propicia aqui condições únicas de nidificação da Garça Vermelha, espécie emblemática da região e que se encontra em vias de extinção. O nível freático elevado, mesmo em época de estio, dos terrenos na zona lagunar e no denominado “Bocage” (F:Acts!, 2013), permite que ocorra um elevado nível de produção forrageira e ainda que uma raça bovina autóctone da região – raça Marinhoa – tenha condições únicas de produção. Há, no entanto, uma ameaça presente de intrusão da cunha salina por efeito do avanço das marés, por um lado e a falta de controlo do nível de água doce em período de inverno, na malha reticular de valas hidráulicas que percorre o território. Tal ameaça começa finalmente a ser revertida pelo rearranque, em termos estratégicos territoriais através do Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA), do Projeto Agrícola do Vouga, suspenso há mais de 15 anos. De referir aqui também a celebração em 2013 de um protocolo de colaboração entre o **município de Estarreja** e a **Universidade de Aveiro**, no âmbito do projeto BIORIA para enquadramento dos estudos científicos que naquela zona se vão desenvolver.

2.2.1 PACOPAR

O PACOPAR – Painel Consultivo Comunitário de Atuação Responsável de Estarreja (PACOPAR, 2015), teve a sua génese em 2001 quando as empresas químicas Airliquide, ADP, Cires, Dow e Quimigal, localizadas no Complexo Químico de Estarreja (CQE) decidiram abandonar uma política de aproximação à comunidade baseada em iniciativas individuais e uniram esforços criando um fórum alargado aos stakeholders locais para onde convergissem as questões da comunidade, nomeadamente os riscos dos seus produtos e instalações, bem como o grau de preparação para emergências e questões relacionadas com Segurança, Saúde e Ambiente.

O processo de alargamento tem sido gradual e faseado por forma a garantir a sua consolidação. São membros efetivos do PACOPAR entidades que, pelo seu peso institucional, pela sua independência e pelo prestígio de que gozam junto da Comunidade, credibilizam o próprio Painel sendo, ao mesmo tempo, representativas de importantes áreas da sociedade como o Poder Autárquico, o Socorro Público, a Saúde, o Associativismo, a Educação, a Investigação, o Ambiente e a Autoridade.

Para além das empresas do CQE atrás citadas, integram este Painel: a Câmara Municipal de Estarreja, a Associação Portuguesa de Empresas Químicas (APEQ), os Bombeiros Voluntários de Estarreja, o Hospital Visconde de Salreu e o Centro de Saúde de Estarreja, a Associação Empresarial dos Concelhos de Estarreja, Sever do Vouga, Murtosa e Albergaria-a-Velha (SEMA), a Escola Secundária de Estarreja e o Agrupamento Vertical de Escolas Padre Donaciano Abreu Freire, o Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, as Associações Ambientalistas Quercus/Cegonha, os Transportes J. Amaral e a Guarda Nacional Republicana.

A colaboração entre a Câmara Municipal e o PACOPAR ocorre desde a primeira hora e tem expressão concreta na área social, onde a intervenção do PACOPAR ocorre em estreito relacionamento com a autarquia que possui naturalmente um conhecimento concreto das situações mais carentes, mas principalmente na área ambiental, onde através do grupo de trabalho especificamente existente para esta área, se projetam, definem e realizam as acções nomeadamente na área da educação ambiental e também na forte interação com as atividades do BIORIA.

Pelo exemplo de inovação, transparência e sucesso nas relações entre a indústria química e a comunidade, o PACOPAR recebeu em Outubro de 2005, o European Responsible Care® Award. Trata-se de um galardão instituído pelo Conselho Europeu da Indústria Química (CEFIC) e visa premiar empresas químicas europeias que se distingam pela inovação na aplicação dos princípios do Programa Atuação Responsável.

O PACOPAR continua atualmente a trabalhar com os mesmos objetivos definidos aquando da sua criação e a ter uma participação marcante junto da comunidade estarrejaense, fazendo jus à sua missão: “Melhorar continuamente a qualidade de vida de Estarreja, congregando sinergias para promover um desenvolvimento sustentável.”

2.2.2 Eco-Parque Empresarial de Estarreja

O Município de Estarreja, com o lançamento em 2005 da obra do **Eco-Parque Empresarial de Estarreja** (E-PE) (Eco-Parque Empresarial de Estarreja, 2015), objetivou o seu empenho e compromisso com uma estratégia de desenvolvimento sustentado para o Concelho, privilegiando o equilíbrio entre os aspetos económicos, sociais e ambientais. O E-PE reflete esse conceito com uma oferta qualificada de condições, nos espaços e estruturas, e uma postura de dinâmica dialogante na procura de investidores para aí sediarem os seus projetos.

Esta área de desenvolvimento empresarial constitui um espaço vocacionado e privilegiado para explorar a localização de atividades económicas, designadamente nos domínios da indústria e dos serviços de apoio à produção, montagem ou das infraestruturas comuns nas áreas da produção e distribuição de energia, tratamento de efluentes e resíduos, higiene e segurança, preconizando a prática de princípios de gestão ambiental integrada e promovendo a proteção e defesa da qualidade do meio ambiente.

O E-PE deve ser entendido como um espaço territorial de acolhimento de atividades económicas de efeitos multiplicadores, que fomente a coesão da região e um desenvolvimento coerente, consistente e articulado, com uma identidade própria na diversidade das iniciativas regionais e que assuma esse significado na região e no país, mantendo a matriz base de preocupação com a componente “eco” das empresas a instalar.

Com as atuais 17 empresas, mais de 500 postos de trabalho a laborar, com a conclusão em 2013 e 2014 dos eixos estruturantes de acesso e da Área Social e de Negócios (disponibilizando um espaço destinado à gestão do Parque e a serviços Comuns), estará o Eco-Parque Empresarial de Estarreja em condições de se constituir clara e inequivocamente como fator indutor de desenvolvimento local, regional e nacional.

2.2.3 Parque Municipal de Antuã

Inaugurado em 2005, o Parque Municipal do Antuã (Parque Municipal do Antuã, 2015) trouxe a Estarreja o grande espaço verde e de lazer que há muito faltava à Cidade, aproveitando em paralelo uma zona que durante grande parte do ano se encontrava inacessível e abandonada por se localizar em zona de inundação do rio Antuã.

Construído nas proximidades do Rio que lhe deu o nome, o parque permitiu dinamizar e requalificar uma área de cerca de 4,6 ha de terreno baldio à face do rio, interligando dois pequenos parques de merendas e juntando outros equipamentos já construídos.

O leito do rio foi alargado e, através de um pequeno açude, foi criado um espelho de água que pode ser contemplado percorrendo o passadiço de madeira que foi construído ao longo da margem. Na extremidade do parque, encontra-se ainda um velho moinho que foi resistindo ao passar dos tempos. No projeto inicial, estava ainda prevista a criação de uma ponte pedonal/ciclável que permitiria ligar as duas margens e cuja concretização ocorreu em 2012.

Estabeleceu-se, desta forma, uma forte ligação da cidade ao rio que projeta, desde logo pela proximidade da cidade à foz do rio, a ligação seguinte à frente lagunar da Ria de Aveiro.

2.2.4 BIORIA

Como já aflorámos atrás, o Património Natural de Estarreja, fruto da privilegiada localização geográfica, nem sempre foi reconhecido pela sua riqueza e biodiversidade. O desafio de reavivar a sua identidade perdida no tempo, valorizando este ecossistema natural, foi conseguido através do BIORIA (BIORIA, 2015), projeto pioneiro de conservação da natureza e biodiversidade da Câmara Municipal de Estarreja. O Projeto foi

subdividido em três candidaturas a apoios comunitários que foram aceites num valor global de investimento que ultrapassa os 700.000,00 euros.

Em 2005 foi criado o percurso de Salreu e em 2009, foram criados os percursos do rio Jardim, Bocage e Antuã. Ainda em 2009 entrou em funcionamento o Centro de Interpretação Ambiental do BIORIA, localizado no início do percurso de Salreu. Em 2011 foram criados novos percursos – Ribeiras de Veiros, Ribeiras de Pardilhó e Rio Gonde. Em 2013 foi criado o percurso de Fermelã, ficando assim alargada a todas as freguesias do Concelho a rede de percursos do projeto BIORIA.

Conhecer para aprender a valorizar e conservar foi a máxima que norteou o Projeto BIORIA que, através da requalificação de paisagens ambientalmente degradadas, permitiu a criação de uma Rede de Percursos Pedestres e Clicáveis. Dotados de painéis informativos e estruturas de apoio, possibilitam ao visitante de forma prática, cómoda e divertida conhecer as principais potencialidades da região privilegiando simultaneamente o contacto direto com a Natureza.

A criação da marca "BIORIA" permitiu mobilizar esforços no sentido de convergir meios e sinergias na conservação e valorização do património natural, de forma a contribuir decisivamente para o bem-estar da população através do usufruto de um espaço único. Ao mesmo tempo contribui para tornar Estarreja um destino de referência a nível nacional e internacional no Turismo de Natureza.

São vários os parceiros que têm contribuído para a notoriedade deste projeto pioneiro, que contou, desde o início, com a extinta Rota da Luz e com a componente científica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Atualmente destaca-se a Universidade de Aveiro e o PACOPAR - Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja, formado pelas empresas do Complexo Químico de Estarreja e por várias entidades sociais e administrativas locais, além de outras Universidades, Escolas de Formação Profissional e o Turismo do Centro.

Com vista a uma correta promoção Turística, a Câmara Municipal de Estarreja tem apostado em várias vertentes, nomeadamente na requalificação e infraestruturação, no conhecimento científico orientador, capital humano qualificado, eventos de sensibilização ambiental para toda a comunidade, desenvolvimento de diversos produtos de

merchandising, novas tecnologias, equipamentos e produtos inovadores que têm permitido atrair cada vez mais visitantes.

A utilização consciente e sustentável dos recursos turísticos tem sido orientada por diversos pareceres solicitados ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e por estudos científicos que contribuíram para um aumento do conhecimento sobre a área, possibilitando determinar quais as melhores soluções de conservação da natureza e de desenvolvimento turístico, assentes numa perspetiva de sustentabilidade dos recursos.

São diversas as parcerias estabelecidas com empresas de turismo de natureza, redes hoteleiras e agências de viagens. Ao longo do ano são várias as reportagens e participações em programas de televisão que garantem uma divulgação em grande escala, associando a este tipo de divulgação contactos que permitem uma cobertura das principais atividades e acontecimentos do Projeto.

Os percursos estão estrategicamente localizados na zona baixa do concelho, inseridos na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, em contacto com uma grande frente lagunar, onde se salienta o facto de ser uma área completamente plana e, por conseguinte, com um grau de dificuldade reduzido ou inexistente para o pedestrianismo.

Os caminhos de acesso aos percursos e os próprios trilhos, sobretudo de terra batida, apresentam excelentes condições, considerando que todos os anos o Município de Estarreja faz um elevado investimento na sua conservação, especialmente em zonas que sofram períodos de alagamento durante o inverno. Beneficiam de excelente acessibilidade sobretudo devido à proximidade em relação ao caminho-de-ferro da Linha do Norte, que tem duas estações (Estarreja e Avanca) e dois apeadeiros (Canelas e Salreu) contíguos aos trilhos (entre 350-750 metros).

O Centro de Interpretação Ambiental (CIA), estrategicamente localizado no início do Percurso de Salreu, é a porta de entrada na Ria de Aveiro, ponto de receção dos visitantes, e um polo de dinamização de inúmeras atividades de sensibilização ambiental. Ao implementá-lo em 2009 pretendeu-se apostar na promoção do turismo de natureza e dos desportos de ar livre como ferramentas prioritárias de sensibilização e educação ambiental, com vista à manutenção da integridade ecológica das sublimes paisagens da

frente ribeirinha do Concelho de Estarreja. Destacam-se os cuidados e esforços por parte do Município de Estarreja na adaptação do CIA, uma estrutura amovível, sobre estacaria e o enquadramento da localização das torres de observação, instaladas em locais com vegetação arbórea superior.

Durante a época alta, que ocorre de Maio a Setembro, o CIA está aberto diariamente, incluindo fins-de-semana e feriados. No restante período do ano o Centro está aberto aos fins-de-semana. Técnicos qualificados nas áreas de turismo, ambiente e biologia apresentam o Projeto, orientam os visitantes e disponibilizam equipamentos de apoio à visita.

O Birdwatching (Observação de aves/Birdwatching, 2015), vertente do Turismo de Natureza, encontra em Estarreja um dos locais mais propícios para esta prática pela existência de várias espécies com maior representação a nível nacional e internacional. A presença dos arrozais mais a norte do país e a grande diversidade de habitats que se concentram nesta área abrangida pelos percursos tornam este local um paraíso para espécies como a Garça-vermelha, Águia-sapeira, entre outras, numa lista de cerca de centena e meia de espécies.

O BIORIA apresentou resultados que superaram largamente as expectativas e os objetivos inicialmente propostos, não só pelo facto de ter conseguido mudar progressivamente a imagem que mesmo as populações locais tinham do próprio Concelho, mas também por dar a conhecer a área e a sua rica biodiversidade a muitos milhares de visitantes (mais de 20.000 em 2014), potenciando a economia local, num projeto integrado de Desenvolvimento Sustentável.

2.2.5 Valorização das Atividades Tradicionais

Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga (2015).

Passados 20 anos de indefinição e incertezas, foi assegurado o financiamento para se concluir o Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga, o dique de proteção dos campos e da biodiversidade contra o avanço da água salgada. É por isso de salientar o avanço do projeto que, entre outras dimensões, permite que se mantenham produtivos estes que são dos terrenos mais férteis da Europa e que projeta a região envolvida em

termos económicos, sociais e ambientais. O investimento global é de 22,3 milhões de euros, apontando-se para 2018 o final da obra.

Numa solução integrada que envolve o Ministério do Ambiente e da Agricultura, repartindo-se o financiamento (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 da Região de Aveiro, 2015), será finalizado o dique cuja construção foi interrompida ligando ao Rio Novo do Príncipe, para além de outras obras hidráulicas nos Esteiros de Canelas e Salreu e no Rio Velho, com o objetivo de reter a água salgada e drenar a água doce. Estarreja absorverá a maior parte deste investimento, cerca de 53% que se irá concretizar no concelho estarrejense.

O Projeto tem como principal objetivo a defesa dos campos contra os efeitos destrutivos das cheias e contra a salinização dos solos, devido ao progressivo avanço das marés naquela área. Paralelamente, o projeto pretende nas áreas reservadas ao uso agrícola, implantar um conjunto de melhorias nas infraestruturas de rega, drenagem e viárias, e a implementação da reestruturação fundiária. Desta forma, o projeto é dividido nas seguintes componentes:

- Sistemas Defesa contra as Marés;
- Sistemas Primários de Drenagem;
- Estrutura Verde Principal;
- Infraestruturas Rurais Secundárias (drenagem, rega e viárias);
- Reestruturação Fundiária.

A área de influência do projeto tem 2934 ha e é limitado a norte pelo Esteiro de Estarreja (Figura 3), a sul pelo Rio Vouga a jusante de Angeja, a nascente pela EN 109 e a poente por um eixo na direção Vilarinho/Esteiro de Estarreja marcado pela presença de águas salobras. Os municípios abrangidos são Albergaria-a-Velha, Aveiro, e Estarreja e as freguesias são Angeja, Beduído, Cacia, Canelas, Fermelã e Salreu.

Figura 4 - Área de influência do projeto Agrícola do Vouga



Fonte: DGADR, 1996

A área em causa faz parte de um vasto ecossistema, sendo considerado uma das mais notáveis zonas húmidas portuguesas e integra a Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro. Insere-se no Baixo Vouga Lagunar que reúne os chamados campos agrícolas do Baixo Vouga. Caracteriza-se e distingue-se pela diversidade e especificidade. Estas duas características resultam da interação do homem com o clima, da intensa relação terra/água, dos terrenos suaves de formação recente, da fertilidade dos solos e da água em abundância. Trata-se de um agroecossistema recente, gerido de acordo com objetivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina.

A diversidade e a especificidade daquela zona traduzem-se numa paisagem constituída por vários habitats que interagem entre si e com os sistemas exteriores. A preservação desta diversidade e especificidade é, pois, o fator determinante do processo de avaliação do impacto ambiental do Projeto. Na área em questão distinguem-se três unidades homogéneas de paisagem designadas por Campo Aberto, Sistemas Húmidos e 'Bocage', interligadas entre si por uma densa rede de corredores constituída por esteiros, valas, sebes e caminhos.

As melhores potencialidades agrícolas do Bloco centram-se na produção de pastagens com o fim da produção de leite e carne, associada à excelente aptidão para culturas forrageiras resultando em níveis elevados de produtividade dos prados e forragens. Os principais sistemas culturais incluem culturas anuais e plurianuais.

Nos sistemas de culturas anuais predominam os sistemas constituídos pela sucessão de culturas de milho e consociação forrageira e pela monocultura do arroz. A sucessão anual de milho e consociação forrageira ocupa os terrenos menos condicionados e corresponde a cerca de um quarto da área total do Bloco. O arroz concentra-se atualmente no perímetro de Salreu e residualmente em Canelas. É um sistema bastante degradado devido ao mau estado em que se encontram as infraestruturas agrícolas, em especial as motas de defesa e a rede de drenagem, o que provocou - a par das alterações de mercado - uma grande diminuição da área desta cultura nas últimas décadas.

Trata-se claramente de um projeto cuja componente agrícola tem uma interação fortíssima com o ecossistema onde se insere, sendo um factor essencial de proteção da biodiversidade da zona.

2.2.6 Protocolo de colaboração com a Universidade de Aveiro

Esta parceria "chapéu" formalizada em 2011, pretende institucionalizar e formalizar o trabalho conjunto que tem sido desenvolvido nos últimos anos entre as duas instituições e assegurar a participação e cooperação, por parte da Universidade de Aveiro, em projectos de ordenamento, gestão sustentada, promoção e divulgação dos Recursos Naturais presentes no concelho de Estarreja (Câmara Municipal de Estarreja, 2011).

O protocolo celebrado entre as duas entidades prevê a monitorização das populações de anfíbios, répteis, aves e mamíferos no Baixo Vouga Lagunar, área correspondente ao

concelho de Estarreja e zonas limítrofes, através da implementação de uma rede de recolha, tratamento e divulgação de informação relativa ao estado atual das populações de anfíbios, répteis, aves e mamíferos, com o objetivo da conservação, fomento e gestão sustentada das mesmas e dos seus *habitats*, bem como da sua divulgação.

Trata-se de um protocolo de conteúdo abrangente, cujo contributo central poderá ser um sinal evidente e altamente estimável da busca do conhecimento científico para transformar as políticas públicas. E representa um enorme salto qualitativo no relacionamento entre as 2 entidades tendo em conta que se trata de uma ação em que a Câmara Municipal promoveu a procura do conhecimento científico.

2.3 Cooperação Intermunicipal

No que concerne à **Cooperação Intermunicipal**, 3 ações se destacam neste percurso evolutivo de 15 anos: o **Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro** (Unir@Ria), o **POLIS da Ria de Aveiro** e o projeto **CICLORIA**. Esta cooperação tem muita da sua génese nas estruturas sucessivas que foram juntando os municípios da Ria de Aveiro – GAMA (Grande Área Metropolitana de Aveiro), Associação de Municípios da Ria (AMRIA) e Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) – criando “rotinas” de diálogo colaborativo e procura de denominadores comuns que foram facilitadoras deste virtuoso processo de cooperação intermunicipal. De facto todo este trajeto mostra que Estarreja age nas suas ações próprias ao mesmo tempo que adere e incentiva dinâmicas intermunicipais para a valorização do território, de que estas 3 ações são bom exemplo.

2.3.1 O Projeto Unir@Ria

O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - UNIR@RIA - surgiu da necessidade de estabelecer orientações integradas para o território envolvente ao sistema territorial da Ria de Aveiro e seu prolongamento natural através da Bacia Hidrográfica do Vouga até à Pateira de Fermentelos e ao Rio Cértima. Com esta ação, uma vez mais, os Municípios envolvidos deram mostra da sua proatividade relativamente à gestão e ao futuro da Ria de Aveiro.

Tratou-se de um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, que visa "a articulação entre áreas territoriais que pela sua interdependência necessitam de uma coordenação integrada" (Unir@ria, 2015). Neste âmbito, o Unir@ria identificou e ponderou "os planos, programas e projetos com incidência na área de Intervenção, assegurando as necessárias compatibilizações" (Unir@ria, 2015).

Constituiu ainda objetivo do Unir@ria a articulação das estratégias dos municípios envolvidos, nos domínios do desenvolvimento económico e social, da proteção e qualificação ambiental, da distribuição territorial de atividades e infraestruturas, da racionalização do povoamento e do acesso a equipamentos estruturantes e potenciação da região ao nível turístico.

As excecionais condições ambientais e paisagísticas da região envolvente da ria de Aveiro oferecem a oportunidade de transformar a base de desenvolvimento económico regional, apontando para o reforço dos setores direta e indiretamente ligados ao Turismo e ao Lazer. Esta é a aposta óbvia para uma região cujas atuais dinâmicas de transformação, inclusivamente, apontam já para a mudança, ainda que nem sempre de uma forma concertada ou mesmo planeada.

Em Abril de 2008, a Assembleia Intermunicipal da (então) Associação de Municípios da Ria aprovou o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – Unir@ria - após audição das Assembleias Municipais de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos; do Plano constava o Relatório do Modelo Estratégico, Planta do Enquadramento da Área de Intervenção e Plantas do Modelo Territorial (Norte e Sul).

Neste processo, a Câmara Municipal de Estarreja teve uma participação ativa, consciente do facto de ser um dos 4 Municípios (dos 10 envolvidos) com maior área de interface com a Ria.

O Relatório do Modelo Estratégico, Planta do Enquadramento da Área de Intervenção e Plantas do Modelo Territorial (Norte e Sul) foram praticamente transpostas na íntegra para o Plano Estratégico do POLIS da Ria de Aveiro, não sendo exagero afirmar-se que o Unir@ria foi o seu embrião operacional.

2.3.2 POLIS Litoral Ria de Aveiro

Em 2009 a Ria de Aveiro viu finalmente reconhecida pela Administração Central a sua importância no contexto nacional e nas suas variadas dimensões, tendo sido definido como prioritária a sua requalificação e valorização.

Para a operacionalização da intervenção de requalificação e valorização da Ria de Aveiro foi constituída a Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro S.A. – Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída maioritariamente pelo Estado (56%) e minoritariamente pelos Municípios, através da CIRA (44%). Esta integra ainda um conselho consultivo constituído por várias entidades com relevância e responsabilidades neste território (POLIS Litoral da Ria de Aveiro, 2015). A Sociedade tem como objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, de dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e de outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Sociedade tem ainda por missão a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria de Aveiro, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos piscatórios marítimos e lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na Ria de Aveiro, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

Os objetivos do Polis Litoral da Ria de Aveiro decorrem do Programa Polis Litoral (Nº 115-A/2008) e assentam na promoção de um conjunto de ações que visam a:

- Valorização das atividades económicas;

- Preservação dos recursos naturais;
- Prevenção de riscos e defesa de pessoas e bens;
- Promoção da fruição pública dos valores Naturais;
- Construção de pistas cicláveis;
- Adaptação de caminhos rurais existentes a pistas cicláveis;
- Criação de via ciclável como forma de vivência da Ria;
- Colocação de sinalização territorial e informativa (turística e ambiental);
- Criação de zonas de descanso e de contemplação paisagística;
- Requalificação paisagística das envolventes à Via Ecológica Ciclável (VEC), promovendo ações de limpeza e de eliminação de espécies infestantes, bem como a plantação de vegetação autóctone.

No que ao Município de Estarreja (Município de Estarreja, 2015) diz respeito e, em linha com o que constava já do plano Unir@ria, foram pelo Município propostas (e aceites) intervenções prioritárias nos seguintes eixos:

Requalificação da frente Lagunar, integrando intervenções nos Cais de Canelas, Salreu, Estarreja, Veiros e Avanca (Mourão);

Requalificação dos Núcleos Piscatórios Lagunares, integrando intervenções nas Ribeiras de Pardilhó (Aldeia, Bulhas, Teixugueiras, Tabuada e Nacinho);

Criação de Via Ecológica Ciclável (VEC), através da criação de infraestruturas para o uso da bicicleta, associadas ao desporto, lazer e turismo na envolvente da Ria de Aveiro. Esta via irá ligar os vários concelhos fronteiros à Ria, conferindo uma lógica agregadora a toda a intervenção e contribuindo para o desenvolvimento de uma oferta ambiental e turística, numa extensão total de 107 km, sendo 12 km no Concelho de Estarreja;

Finalmente, e numa dimensão transversal, sublinha-se a intervenção para otimização do equilíbrio hidrodinâmico da Ria.

O investimento global previsto no POLIS da Ria era inicialmente de cerca de 96 milhões de euros, tendo sido reduzido em 2012, para cerca de 60 milhões. As intervenções no Concelho de Estarreja atingem um valor global na ordem dos 4 milhões de euros, sendo a comparticipação do município de cerca de 1,2 milhões.

2.3.3 CICLORIA

A tradição do uso da bicicleta na Região de Aveiro, apesar de se ter perdido ao longo dos tempos, é ainda de longe a mais elevada do país e tem incentivado algum investimento por parte dos municípios, nomeadamente na construção de pistas adequadas para este fim, na tentativa de manter viva a tradição e a identidade da região. No entanto, estes espaços não têm cumprido as expetativas geradas.

Pelo contrário, a construção de percursos cicláveis gera custos adicionais para os municípios, nomeadamente ao nível da manutenção. Paralelamente a este problema, gravitam outros, para os quais a solução do primeiro pode contribuir para a sua própria minimização e/ou resolução, nomeadamente o défice de competitividade destes territórios e a ausência de valorização do seu património ambiental e cultural, que o tornam de difícil conservação. Assim, o Projeto CICLORIA (Ciclória, 2015), para além de ter como objetivo a promoção da utilização da bicicleta, procura igualmente “agarrar” a oportunidade de aumentar a competitividade e atratividade dos territórios em questão.

Cientes desta realidade, as autarquias da Murtosa, Ovar e Estarreja e a Universidade de Aveiro, viram aprovada pelo Plano Operacional Valorização do Território, a candidatura do Projeto CICLORIA, integrada no eixo das Ações Inovadoras para a Acessibilidade e Mobilidade Urbana.

O projeto CICLORIA foi criado com o objetivo de promover uma rede (material e imaterial) de promoção e desenvolvimento da mobilidade ciclável com motivação de lazer e turismo na Ria de Aveiro, numa primeira fase dirigida aos municípios da Murtosa, Ovar e Estarreja, resultante da candidatura ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT) – Ações Inovadoras para a Acessibilidade e Mobilidade Urbana.

Para além disso, a iniciativa foi uma oportunidade de promover um processo de divulgação de conteúdos e métodos de planeamento territorial, utilizando a promoção da mobilidade ciclável com motivação de lazer e turismo como elemento de articulação disciplinar (ordenamento do território, mobilidade, desenvolvimento, ambiente, desporto, saúde e educação), de coordenação entre autarquias e a administração central, de envolvimento dos agentes sociais, económicos e das comunidades.

O projeto em causa foi materializado na conceção, desenvolvimento e implementação das seguintes iniciativas e projetos:

1. A definição de um sistema de vias cicláveis de caráter urbano e ribeirinho (com os equipamentos e infraestruturas de apoio), articulando os investimentos do projeto com iniciativas complementares (PolisRia e Estradas de Portugal), criando uma rede de aproximadamente 100Km, com preocupação de integração intermodal com sistemas de transporte coletivo rodoviário e ferroviários;
2. A oferta de bicicletas de utilização coletiva (em sistema “rent-a-bike”) em cada uma das áreas de intervenção;
3. A organização de circuitos cicláveis temáticos baseados no levantamento e sistematização de estudos de identificação dos elementos marcantes do património natural, cultural e construído, suscetíveis de serem valorizados enquanto fatores de atração e na inventariação e articulação das atividades culturais e desportivas;
4. A mobilização das instituições locais (cultura, ambiente, desporto e lazer para a participação na construção das ações de animação de circuitos cicláveis;
5. A produção e organização dos conteúdos em suportes digitais (WebSite, GPS, Áudio/Vídeo), em papel (brochuras, folhetos, ...) e em placards informativos, orientados para os diferentes tipos de utilizadores (escolas, turistas, residentes, ...);
6. A articulação com os projetos educativos das escolas dos três municípios (Área Projeto; conteúdos pedagógicos das disciplinas; Oficina na Escola);
7. A organização de eventos de animação dos projetos experimentais (Festival Ciclável da Ria de Aveiro);
8. A promoção de ações de fomento de empreendedorismo e incubação de empresas na área da mobilidade ciclável, do ecoturismo e de áreas afins, com o apoio da Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro;
9. A organização de ações de sensibilização e divulgação do projeto a nível local, nacional e internacional;
10. A troca de experiências e inserção em redes nacionais e internacionais.

2.4 Organização de eventos e ações com projeção nacional e internacional

Nesta dinâmica evolutiva tendo como âncora o BIORIA, eventos e ações emergem abrindo a novos públicos esta dimensão de valorização, projetando o trabalho para fora dos limites regionais e saltando as fronteiras nacionais.

2.4.1 ObservaRia, Birdwatching Fair

Em 2014 o projeto BioRia projetou-se numa nova dimensão a partir da realização da primeira edição da “birdwatching fair” ObservaRia2014 (Birdwatching in Extremadura, 2015), dedicada ao turismo ornitológico e que reúne um vasto programa de atividades em torno da observação de aves.

Na sua 2ª edição, em 2015, mais de 5.000 visitantes, 30 expositores, 11 palestras, 20 workshops e atividades de campo, 3 exposições, educação ambiental para crianças e atividades de desporto e lazer em permanente contacto com a natureza, compuseram um programa recheado e atrativo para profissionais e população em geral, naquela que é já uma aposta ganha numa nova dimensão de desenvolvimento ligada ao potencial natural de Estarreja.

2.4.2 Arte Urbana em Estarreja

O “Guarda-Rios” de Estarreja está a voar pelo mundo fora. O trabalho do artista Bordalo II, que pode ser visto no Multusos, bem no centro da cidade, surge (em 2015) em nono lugar no [top 100 de murais de arte urbana](#) de todo o mundo, figurando entre peças dos EUA, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, Brasil, Itália ou França.

A lista “Top 100 dos murais do nosso tempo” reúne obras dos melhores artistas mundiais distribuídas por todo o globo e criadas ao longo dos últimos dois anos e meio. Foi elaborada pela “Widewalls”, uma revista on-line suíça que se dedica à divulgação da arte contemporânea e urbana, com base nos gostos dos 50 mil seguidores da sua página no Facebook ao longo das últimas 100 semanas.

Este é o único trabalho em território nacional que consta na lista e coloca Estarreja à frente de obras de cidades como Nova Iorque, Paris, Milão, Londres, Tóquio ou Rio de Janeiro.

A instalação de arte urbana, que representa uma das espécies da zona pertencendo à vida do Rio Antuã e muito acarinhada pelas linhas de água do Baixo Vouga Lagunar, foi criada no âmbito da ObservaRia Estarreja Birdwatching Fair 2015, a convite da Câmara Municipal (Figura 4).

Figura 5 - “Guarda Rios”, Arte Urbana em Estarreja



Fonte: Elaboração própria - Foto de Adolfo Vidal

2.4.3 BioRace Challenge – corrida de obstáculos na área do BIORIA

A corrida de obstáculos, que ocorreu em Setembro de 2015, está inserida em ambiente natural, num ecossistema único, recortado por braços da Ria de Aveiro, tem 10 km com obstáculos e desafiou 5 centenas de participantes, de vários pontos do país, ao longo de um percurso preparado exclusivamente para a prova. Os percursos pedestres e cicláveis

do BIORIA Estarreja, foram o palco desta prova onde, para além de correr, os participantes tiveram de superar vários obstáculos com diferentes níveis de dificuldade. O evento deu a conhecer a belíssima zona do Baixo Vouga Lagunar. Para além da competição, o fim-de-semana em Estarreja foi animado com inúmeras atividades paralelas culturais, recreativas e de lazer. A Tabela 1 apresenta, de seguida, uma cronologia de ações.

Tabela 1 - Cronologia

1994	Possibilidade de instalação de incineradora de resíduos perigosos
2000	Elaboração (Universidade de Aveiro) do Plano Estratégico Territorial de Estarreja
2001	Criação do Painel Consultivo Comunitário de Atuação Responsável de Estarreja (PACOPAR)
2003	Estrutura de confinamento para os materiais contaminados: Projeto ERASE – Agrupamento para a Regeneração Ambiental das Águas Subterrâneas e Solos de Estarreja
2003	Ligação dos efluentes do Complexo Químico de Estarreja ao Sistema Intermunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro – SIMRIA
2005	Eco-Parque Empresarial de Estarreja
2005	Parque Municipal do Antuã
2005	Projeto BIORIA: criação do Percorso de Salreu
2008	Projeto Unir@ria
2009	POLIS Litoral Ria de Aveiro
2009	Projeto Cicloria
2011	Assinatura de Protocolo entre a Câmara de Estarreja e a Universidade de Aveiro para enquadramento dos estudos científicos a desenvolver no Município de Estarreja
2014	1ª Edição ObservaRia
2015	Arte Urbana em Estarreja – O Guarda-Rios de Bordalo II
2015	Biorace Challenge
2015	Retoma, com definição de financiamento, do Projeto Agrícola do Baixo Vouga Lagunar.

Fonte: Elaboração Própria

2.5 Síntese

Recolhidas, contextualizadas e sistematizadas as intervenções que foram realizadas sobre o território na última década e meia, feita através do estudo da especificidade de cada uma delas, a sua diferenciação, concluímos facilmente pela dimensão relevante do muito que foi feito. Que permitiu que, nesse percurso de 15 anos, tenham ocorrido ganhos qualitativos não expectáveis no início deste caminho não só ao nível da notoriedade externa mas também na aquisição de novos conhecimentos sobre o território, de que o Protocolo celebrado entre o Município de Estarreja e a Universidade de Aveiro é um excelente exemplo.

Evoluiremos no capítulo seguinte para uma apresentação daqueles que são considerados, no contexto territorial deste estudo, os habitats e espécies prioritárias que constituem a nossa imensa e única biodiversidade.

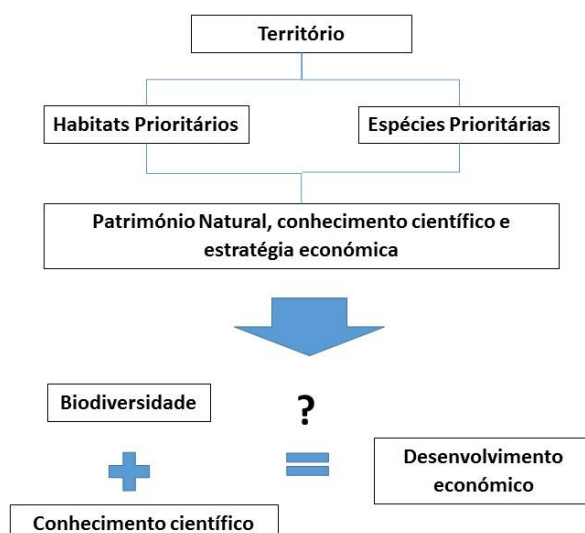
CAPÍTULO 3

3. O POTENCIAL DOS RECURSOS NATURAIS NA PERSPETIVA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Neste terceiro Capítulo da Dissertação pretende-se realizar um exercício de identificação dos recursos naturais na área do Município de Estarreja, que se considerem ter capacidade de desenvolvimento na perspetiva do conhecimento científico, e que sejam suscetíveis de valorização na perspetiva económica e no quadro da sua sustentabilidade económica e social. Tratando-se de uma zona considerada como possuidora de imenso potencial na vertente da biodiversidade, justifica-se uma **validação** desse potencial, que nos pode ser trazida e aferida pelo papel que o conhecimento científico (leia-se a Universidade) tem desenvolvido na zona, **descobrimdo** novas dimensões de valorização e pistas para a **exploração** de oportunidades que nesta área possam ser consideradas, constituindo um possível ponto de partida também para uma abordagem mais integrada das potencialidades de toda esta região. Aqui se sublinha de novo a importância de que se reveste o protocolo existente entre a Universidade de Aveiro e o Município de Estarreja, relativo ao papel do conhecimento científico.

Desta forma, partindo da caracterização geral do município na perspetiva da Biodiversidade e a partir do Plano Setorial da Rede Natura 2000, propomo-nos realizar uma abordagem aos habitats e espécies prioritárias que possuam potencial de valorização.

Figura 6 - O conhecimento científico e o desenvolvimento económico



Fonte: Elaboração própria

3.1 O Município de Estarreja

Como atrás foi referido, mais de um quarto do território Estarrejense integra a área classificada como ZPE da Ria de Aveiro.

As 5 freguesias que constituem o concelho de Estarreja (de Sul para Norte: Canelas/Fermelã, Salreu, Beduído/Veiros, Pardilhó e Avanca) contribuem todas, geograficamente, em maior ou menor grau, para a área classificada como ZPE da Ria de Aveiro.

Relativamente a recursos hídricos, todo o território é rico em linhas de água, constituindo uma rede hídrica bastante complexa, onde é possível distinguir dois grandes sistemas: um de água doce, formado pelos rios Antuã, Jardim, Gonde e Fontela, e por um conjunto de regatos, ribeiras e valas; e um sistema de águas salobras e salgadas, formado pelos braços de ria e esteiros, onde se destacam o de Salreu, o de Canelas e o de Estarreja, a Ribeira da Aldeia e a Ribeira de Mourão.

A presença abundante deste recurso está umbilicalmente associada à história do desenvolvimento do concelho, quer seja pelo transporte de sal e mercadorias, sendo assegurados pelos inúmeros canais, que outrora representavam o principal e mesmo único meio de comunicação com o exterior; quer seja pela orizicultura, que representou uma das mais importantes culturas agrícolas da região. Hoje, com o abandono das atividades tradicionais, a água continua a participar na modelação da paisagem, assegurando a continuidade de dinâmicas essenciais para a conservação da biodiversidade local e do próprio ecossistema da Ria de Aveiro no seu todo (Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM, 2015).

3.2 Habitats Prioritários

Dessas interações seculares Homem/Natureza e em resultado duma íntima convivência de mútuas influências, resultaram três sistemas “naturais” principais de elevada relevância ecológica e conservacionista que caracterizam a região: o **Bocage**, os **campos agrícolas abertos** (particularmente os arrozais) e os **sistemas húmidos**.

Passaremos de seguida a caracterizar de modo resumido cada um deles:

- O **Bocage** é um biótopo raro em Portugal e na Europa, que apenas existe no Sul de França e no Norte de Inglaterra, formado por parcelas de terrenos agrícolas delimitadas por sebes vivas, compostas por *Quercus robur*, *Alnus glutinosa*, *Fraxinus angustifolia*, *Salix alba*, entre outras espécies autóctones na sua componente arbórea e ainda rodeado por valas de água num mosaico único. Este inteligente sistema de cultivo modelou um habitat exclusivo que compartimenta em pequenas parcelas os terrenos agrícolas rodeados de valas e canais de rega, além das sebes vivas, contribuindo para a proteção de culturas, como o milho, ou os terrenos pastoris onde abunda o gado de raça marinhola, quer pela defesa contra a salinização dos solos, quer pela proteção mecânica exercida pelas sebes vivas contra o vento, favorecendo as culturas. As sebes do Bocage (F:Acts!, 2013) acabam muitas vezes por transcender a delimitação dos terrenos agrícolas e a proteção de culturas e gado, pois contribuem

igualmente para a fixação de taludes e valas de drenagem, e ainda para a produção de biomassa. Ao nível da sua componente natural, este biótopo destaca-se pela sua importância ecológica significativa, uma vez que alberga um elevado número de espécies de fauna e flora, algumas de conservação prioritária, o que se torna relevante em termos de biodiversidade e conservação da natureza (Alves *et al.*, 1998 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM, 2015).

- Os **Campos Agrícolas Abertos** apresentam normalmente menor diversidade de espécies, o que se explica, em boa parte, devido ao seu aparente carácter monótono em resultado do objetivo que se encontra a eles associado, a produção de culturas. Assim, é possível distinguir dois tipos diferentes de culturas com elevado significado na região e que são as seguintes:

- Orizicultura ou cultura do arroz – apresenta uma maior incidência na freguesia de Salreu e possui um elevado potencial ecológico, uma vez que os campos de arroz com cultura extensiva, que caracterizam a área, servem de local de nidificação, alimentação, refúgio e proteção a muitas espécies de aves, anfíbios, répteis e mamíferos, algumas de estatuto de conservação prioritário.

- Culturas anuais e plurianuais – apresentam a sua maior extensão em locais de cota superior, próximo da linha-férrea, e na parte norte do Concelho de Estarreja integrada na ZPE, predominando o milho e as culturas forrageiras, como o azevém. Este tipo de campos agrícolas contribui para a manutenção dos processos biológicos, uma vez que albergam espécies granívoras e que se alimentam do restolho, o que assume particular importância durante o Inverno, pela reserva de alimento que constituem, permitindo suportar as populações de aves desse grupo durante a época mais desfavorável.

- Os **Sistemas Húmidos** representam um dos mais importantes biótopos a nível mundial, quer pelos níveis de biodiversidade associados, quer pela importância prioritária ao nível da conservação de muitas espécies que se encontram exclusivamente associadas

a estes ecossistemas, prósperos em atividade e produtividade primária. Estes sistemas húmidos constituem a base de criação e sustentação da própria ZPE da Ria de Aveiro que é uma das mais relevantes zonas húmidas Portuguesas e no Concelho de Estarreja, e encontram-se corporizados sob duas formas distintas, balizadas por 2 habitats característicos principais. Um deles é o **Sapal** (Sapal, 2015), que dependendo da flora que o constitui e das condições físico-químicas, pode ainda ser denominado de sapal doce ou alto sapal e sapal salgado ou baixo sapal. No sapal alto podem ainda individualizar-se, entre outros habitats, o Juncal (Juncal, 2015) ou Caniçal (Caniçal, 2015), que ganha cada vez maior importância no que à sua área concerne, em grande parte devido ao progressivo abandono dos campos de arroz.

O outro é representado pelos **Sistemas de Águas Livres**, associados ao complexo sistema hídrico que caracteriza a região e que compreende os rios e esteiros, valas, ribeiras e canais. Estes habitats destacam-se pela relevância que assumem os rios e esteiros principais, que além do papel modelador da paisagem, e de manutenção do equilíbrio ecológico do ecossistema no seu todo, onde a água representa um papel fulcral, desempenham ainda o papel de berçário para muitas espécies, principalmente piscícolas, e várias de relevante importância económica que aí encontram as condições necessárias de temperatura e alimentação para o seu desenvolvimento nas fases larvares e juvenis.

Corredores ripícolas – Este habitat (Corredor ripícola, 2015) acompanha normalmente as linhas de água existentes e é constituído maioritariamente por espécies vegetais arbustivas e arbóreas com afinidade com a água, como o salgueiro (*Salix atrocinerea*), amieiro (*Alnus glutinosa*), ou a madressilva (*Lonicera periclymenum*). A presença destas espécies desempenham um papel fundamental para a estabilização das margens e ao mesmo tempo um importante local de abrigo e reprodução para inúmeras espécies de passeriformes.

Será ainda importante referenciar que as **Zonas Húmidas** cumprem um elevado número de funções, podendo o seu valor ser reconhecido em quatro setores diferenciados que são os seguintes:

- **Valor hidrológico** – podem reter e acumular a água proveniente das chuvas ou dos efluentes, que para elas drenam ou são drenados permitindo o armazenamento e o funcionamento como reservatórios de água; contribuem para a estabilização das margens das linhas de água que delas fazem parte, uma vez que a flora que preenche as margens é responsável pela fixação e sustentação do solo que as constitui, impedindo dessa forma a sua erosão e a consequente aceleração dos processos biofísicos inerentes, nomeadamente o assoreamento, e por conseguinte a própria sucessão ecológica.
- **Reguladores da qualidade da água** – as Zonas Húmidas contribuem significativamente para a remoção de compostos poluentes (tais como fosfatos, pesticidas, metais pesados, etc.) das linhas de água e de escorrências para áreas a jusante, uma vez que retêm este tipo de compostos. Esta atividade encontra-se estritamente ligada ao tipo de flora associado às zonas húmidas que funcionam como grandes estações de depuração, retendo estes compostos tóxicos, purificando a água e melhorando significativamente a sua qualidade.
- Por se tratar de um ecossistema que combina o meio terrestre, semi-aquático e aquático, proporciona um vasto número de habitats, oferecendo locais de excelência para nidificação, alimentação e abrigo de inúmeras espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, crustáceos e insetos, entre outros grupos. É ainda importante ressaltar a grande variedade de plantas passíveis de serem encontradas em Zonas Húmidas, algumas com propriedades peculiares de elevada importância para a conservação da Biodiversidade.
- **Valor paisagístico e cultural** - mais uma vez a grande variedade de habitats que caracterizam as Zonas Húmidas proporcionam o local ideal para múltiplas ações humanas, desde atividades de recreio e lazer, até atividades educativas, cinegéticas, ou ainda a obtenção de matérias-primas, etc.

De acordo com o referido pelo Manual RAMSAR (2015) (4ª edição), elaborado no âmbito da Convenção de RAMSAR, convenção internacional respeitante às Zonas Húmidas e à sua proteção e conservação, é ainda possível conferir a estes ecossistemas particulares as funções e valores que enumeramos de seguida:

- **Funções:** minimização dos efeitos de tempestades e inundações; estabilização da linha costeira e controlo de erosão; restabelecimento de aquíferos subterrâneos;

purificação da água; retenção de nutrientes e sedimentos; amenização das condições climatéricas.

- **Valores:** associados a benefícios económicos diversos desde o fornecimento de matérias-primas como a água ou sedimentos, passando pela pesca, agricultura, transportes, além do facto de serem cruciais para a manutenção da vida selvagem e do imenso potencial que esta encerra a vários níveis, ou mesmo o rico valor cultural e histórico, de imenso potencial económico, associado a atividades de recreio e lazer, ou as tradições e heranças culturais ligadas às Zonas Húmidas.

Os três grandes sistemas naturais principais que caracterizam a zona da ZPE da Ria de Aveiro que é parte do Concelho de Estarreja, descritos de forma sucinta acima, formam uma área tão complexa como importante ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade. A justificar esta relevância ambiental e a suportá-la técnica e cientificamente, encontram-se as classificações que lhe foram sendo atribuídas, quer nacional quer internacionalmente, como **Reserva Ecológica Nacional (REN)**, pelo Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março, “Sítio de Especial Interesse” na lista de **Biótopos CORINE**, **Reserva Agrícola Nacional (RAN)**, “**Important Bird Area**”, pela Bird Life International e pela Sociedade Portuguesa para Estudo das Aves, e ZPE, ao abrigo da Diretiva Aves incorporando a área na **Rede Natura 2000**.

No caso dos terrenos agrícolas, a opção dos biótopos Arrozal, Bocage, Campos Agrícolas, visa diferenciar três formas de cultivo que, pelas técnicas envolvidas, proporcionam uma grande diversidade ecológica entre si que importa individualizar de modo a adequar futuramente as orientações de gestão, de forma mais precisa e eficaz, mas também de mais fácil aplicação e inteligibilidade prática visando uma efetiva conservação da biodiversidade.

A gestão ajustada da área da ZPE da Ria de Aveiro pertencente ao Concelho de Estarreja, e de toda a extensão a ela ligada, passa pela criteriosa adequação técnica local das orientações de gestão propostas na Resolução do Concelho de Ministros nº 115-A/2008 publicada no Diário da República Nº139/2008, de 21 de Julho (Espécies Prioritárias, 2008),

de forma a salvaguardar a conservação favorável das espécies de fauna, flora e habitats que aí se encontram, sem que tal ponha em causa o desenvolvimento económico e social local.

3.3 Espécies consideradas prioritárias

A Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008 publicada no Diário da República nº139/2008 de 21 de Julho, define para a ZPE de Aveiro quais as Espécies consideradas prioritárias:

Garça-vermelha (*Ardea purpurea*)

Pilrito-comum (*Calidris alpina*)

Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*)

Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*)

Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*)

Pernilongo (*Himantopus himantopus*)

Garçote (*Ixobrychus minutas*)

Pato-preto (*Melanitta nigra*)

Milhafre-preto (*Milvus migrans*)

Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*)

Colhereiro (*Platalea leucorodia*)

Afaiate (*Recurvirostra avosetta*)

Andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*)

Passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas

Passeriformes migradores de matos e bosques

De toda a imensa fauna da região, e no contexto das espécies (aves e não só) definidas como prioritárias, elegemos as que são consideradas como em maior perigo e cuja presença é muito relevante na área de ZPE do Concelho de Estarreja – Garça-vermelha, Águia-sapeira, Garçote e o Colhereiro – e sobre elas incidiremos um olhar mais pormenorizado. Dedicamos também uma particular atenção à enguia e à lontra, pelo potencial de desenvolvimento que, sob prismas diferentes, apresentam.

i. Garça-vermelha (*Ardea purpurea*)

- Estatuto de Conservação: Em Perigo (Cabral *et al.*, 2005 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).
- Fenologia: Nidificante estival.
- Distribuição Nacional: Em território nacional encontra-se de finais de Fevereiro a Setembro, podendo no caso dos juvenis prolongar-se por Outubro, sendo a sua distribuição feita ao longo de todo o litoral, com especial incidência em zonas húmidas ou na sua proximidade.
- Distribuição na área de ZPE da Ria de Aveiro pertencente a Estarreja: Encontra-se mais ou menos distribuída ao longo de toda a área de Estarreja inserida na ZPE, com especial incidência nas áreas de Sapal (Sapal, 2015), em particular na freguesia de Salreu onde se localiza uma das mais importantes colónias do país. Dentro desse tipo de biótopo designado de sapal, e nesta região, nidifica exclusivamente em caniçal que lhe oferece importante proteção e material para construir o ninho. É muito frequente observar a espécie junto dos Arrozais e do Bocage e em praias de vasa, valas, ribeiras e esteiros, locais essenciais para a sua sobrevivência, uma vez que representam os territórios preferenciais de caça fundamentais para assegurar a criação da prole.
- População: Na Europa a espécie encontra-se em declínio, tendo-se verificado uma diminuição da população entre 1970 e 1990 (Kayser, 1994 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).
- No entanto, em Portugal, a tendência populacional tem sido aparentemente positiva, tendo-se registado um ligeiro incremento nos últimos 10 anos, sobretudo na zona Centro do país, local onde se concentram atualmente as maiores e melhores áreas de habitat favorável para esta espécie assumindo-se a ZPE da Ria de Aveiro como a zona mais importante para as espécies em Portugal com mais de 50% da população nidificante (Brito & Pereira, 2006 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão

definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).

- Habitat: Ocorre sobretudo em zonas húmidas com áreas de vegetação densa, nomeadamente caniçais localizados em estuários, rias, lagoas costeiras, valas, açudes e pequenos canais e diques pertencentes a sistemas de irrigação de arrozais. Procura em larga medida águas eutróficas pouco profundas, paradas ou com corrente reduzida, apresentando substrato arenoso, sedimentar, lodoso ou com vegetação, sem rochas ou outro tipo de obstáculos. É possível avistar a espécie em toda a extensão da ZPE pertencente ao município de Estarreja.
- Alimentação: Procuram alimento de forma isolada preferencialmente nas horas de menor calor e ao final do dia, em áreas de extensão limitada, localizadas em locais pouco profundos com abundante vegetação ou sob vegetação flutuante. Alimentam-se principalmente de peixes, insetos (larvas e adultos), mas também, embora em menor quantidade, de pequenos mamíferos, anfíbios, cobras e lagartos. Ocasionalmente alimenta-se de aves, moluscos e aranhas. Na região, uma elevada percentagem da dieta consiste em crustáceos de uma espécie exótica o Lagostim-vermelho-da-Louisiana (*Procambarus clarkii*), contribuindo assim para o controlo desta espécie invasora.

ii. Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*)

- Estatuto de Conservação:
 - o População residente: Vulnerável (Cabral *et al.*, 2005 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).
 - o População invernante: Vulnerável.
- Fenologia: Residente e população invernante.
- Distribuição Nacional: Em Portugal Continental a Águia-sapeira distribui-se principalmente ao longo da faixa litoral, fixando-se preferencialmente junto às principais zonas húmidas. Destas destacam-se 4 locais: os estuários do Tejo e Sado, o Baixo Mondego e a Ria de Aveiro que, em conjunto, detêm 70 a 92% do total de indivíduos recenseados (Fernandes *et al.*, 1995, Rosa *et al.*, 1998, 2001 in Relatório técnico de

aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM) A distribuição da população invernante faz-se essencialmente pelos mesmos núcleos.

- Distribuição na área de ZPE da Ria de Aveiro pertencente a Estarreja: A Águia-sapeira possui uma distribuição uniforme por toda a área concelhia integrada na ZPE, com distribuição por todos os biótopos principais identificados (Sapal, Bocage, Arrozaís e Campos de agrícolas). Uma tão grande distribuição reflete as excelentes condições que este habitat proporciona à espécie, pelo que a sua preservação pode contribuir para um aumento da população residente e nidificante, exercendo um relevante papel na sua conservação e na continuação da recuperação do seu efetivo populacional.
- População: A população de Águia-sapeira tem registado um aumento dos seus efetivos, tanto da população nidificante como invernante. Contudo, esse facto não diminui o estatuto de vulnerabilidade da espécie, uma vez que esse aumento se regista em áreas onde já existia nidificação e não em novos locais.
- Habitat: O habitat da população nidificante em Portugal é formado por terrenos abertos, principalmente constituído por zonas húmidas de águas doces ou salobras, como pauis, sapais, pântanos, margens de lagos, rios e canais de fraco caudal, desde que possuam vegetação aquática emergente. É o caso da área em consideração, no concelho de Estarreja, em que as áreas cobertas por *Phragmites australis* (caniçais), *Typha latifolia* (*Tifais – pauis*) e *Scirpus spp* (juncaís) se encontram em abundância. O principal biótopo associado à reprodução, e que representa 90% dos locais de nidificação, é o caniçal (Rosa *et al.*, 2001 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM). A procura de alimento é feita em áreas contíguas, de águas pouco profundas, doces ou salobras ou em campos agrícolas, arrozaís, campos de cereais, pousios, prados em áreas contíguas a vegetação aquática, onde ocorre abundância de alimento. (Del Hoyo *et al.*, 1994 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).

- Alimentação: Alimenta-se de um vasto leque de presas, dependendo da disponibilidade local. Prefere animais de pequeno e médio porte, nomeadamente aves (principalmente aquáticas, incluindo adultos e ovos), mamíferos (roedores) e, em menor proporção insetos, sapos, cobras e peixes (*op. cit.*). Perante a oportunidade não recusa cadáveres, animais doentes ou feridos.
- Reprodução: Espécie solitária ou semi-colonial constrói ninhos geralmente em locais de vegetação palustre (*e.g.* caniço, tábua) encontrando-se normalmente isolados, no entanto podem encontrar-se até 10 casais na mesma zona húmida. A postura ocorre em Março ou Abril, e é constituída por 3 a 6 ovos. Ambos os progenitores se ocupam das crias, de que cuidam até 2 a 3 semanas após terem saído do ninho.

iii. Garçote (*Ixobrychus minutos*)

- Estatuto de Conservação: Vulnerável (Cabral *et al.*, 2005 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).
- Fenologia: Nidificante estival.
- Distribuição nacional: Embora apresente uma maior distribuição na zona Centro do país, com grande importância a Sul da Bacia do Tejo, é possível encontrar a espécie ao longo de todo o território continental junto de rios, ribeiras, lagoas e albufeiras.
- Distribuição na área de ZPE da ria de Aveiro pertencente a Estarreja: Na área sul da ZPE de Estarreja há sinais da sua presença em quase toda a extensão de Sapal, em particular nos caniçais e juncais. Na zona norte da ZPE não há dados oficiais publicados que substanciem a sua presença, embora pelo habitat existente maioritariamente de sapal com caniçal e juncal, seja altamente provável a sua ocorrência na zona e a nidificação.
- População: Embora a situação Europeia seja classificada como pouco preocupante, os últimos estudos apontam para um forte declínio, quer em tamanho, quer em área de distribuição. Em Portugal, onde o estatuto de conservação é de vulnerável, tem-se registado a mesma tendência de decréscimo, em grande parte devido à degradação do habitat onde esta espécie nidifica e se alimenta.

- Habitat: Escolhe locais onde abunde a vegetação palustre, como lagoas costeiras, zonas de caniçais, juncais e arrozais, cursos de água, pauis, açudes e barragens. Apresenta uma grande dependência deste tipo de habitats. Na componente concelhia inserida na ZPE é possível encontrar o Garçote em praticamente toda a área, principalmente junto de grandes manchas de caniçais e juncais, ou junto aos principais cursos de água e na proximidade dos arrozais.
- Alimentação: Alimenta-se essencialmente de insetos, mas por vezes de pequenos peixes, anfíbios, moluscos, crustáceos, camarões, aranhas, minhocas, pequenos mamíferos, ovos ou mesmo crias de outras aves.
- Reprodução: Forma casais monogâmicos sazonais que cuidam das crias até estas se tornarem independentes. Embora seja essencialmente solitária durante a nidificação, os ninhos podem encontrar-se muito próximos uns dos outros. Escolhe, para construir os ninhos, locais no meio do caniço ou em arbustos.

iv. Colhereiro (*Platalea leucorodi*)

- Estatuto de Conservação:
 - o População nidificante: Em Perigo (*op. cit.*).
 - o População invernante: Quase Ameaçada.
- Fenologia: Nidificante estival e Invernante.
- Distribuição Nacional: Há a distinguir duas populações, a nidificante, que se concentra essencialmente a Sul da bacia do rio Tejo, e uma população invernante, que se distribui desde a Ria de Aveiro até ao Algarve.
- Distribuição na área de ZPE da ria de Aveiro pertencente a Estarreja: O Colhereiro encontra-se com maior abundância junto de áreas de Sapal, principalmente na parte mais litoral e nos arrozais e campos alagados. Destaca-se, pela área ocupada e registos efetuados, o biótopo de Arrozal pertencente às Freguesias de Salreu e Canelas, onde a espécie ocorre com muita frequência, embora ainda não exista nidificação confirmada. Na parte Norte da ZPE a presença do Colhereiro não está documentada e deverá ser mais limitada, correspondendo a sua distribuição a zonas mais litorais de Sapal, ou associadas a braços de Ria com influência direta das marés.

- População: Dado como extinto quanto à população nidificante há alguns anos, encontra-se já no entanto hoje de regresso como nidificante em alguns locais da zona Sul. Verifica-se também a tendência para o aumento da população invernante. À exceção de Espanha, o Colhereiro é considerado uma espécie rara na Europa.
- Habitat: Os locais que as populações invernantes e de passagem frequentam, são estuários, deltas, lagoas e zonas costeiras abrigadas, mais raramente em barragens. As populações nidificantes procuram orlas costeiras, rias, salinas, pauis, açudes, locais protegidos da predação. Evitam águas estagnadas ou turbulentas, com vegetação densa. A alimentação é feita em zonas baixas, com grandes extensões de substrato argiloso, lamacento ou sedimentar onde se verifique influência de marés com correntes fracas, podendo ser de água doce ou salobra. Procura alimento maioritariamente de noite, pelo que descansa essencialmente de dia, podendo a escolha dos locais de descanso ser repetida durante anos.
- Alimentação: Procura alimento sozinho ou em bandos, podendo fazer deslocações até 25 Km. Alimenta-se de insetos e suas larvas, pequenos peixes, moluscos, crustáceos, rãs, girinos, minhocas, sanguessugas, répteis e algum material vegetal. Para isso utiliza o bico altamente especializado em zonas de água aberta e baixa profundidade (Cramp & Simmons, 1977 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).
- Reprodução: O Colhereiro é uma espécie gregária, de pequenos grupos a grandes bandos. Normalmente não se associa a outras aves pernaltas, embora em Portugal as colónias desta espécie estejam sempre associadas a outras espécies, nomeadamente de Ardeídeos como a *Ardea cinerea* e a *Egretta garzetta*. Faz os ninhos no solo, em ilhotas ou caniçais e em zonas de vegetação emergente, arbustos ou árvores. Embora os ninhos se encontrem muito próximos entre si, assume posições muito territoriais em relação a aves estranhas à colónia. O mesmo local de nidificação é utilizado durante anos consecutivos - Casal monogâmico de duração sazonal.

v. Enguia-europeia (*Enguilla enguilla*)

- Tipo de ocorrência : (Continente) Visitante, Migradora catádroma.
- Classificação: (Continente) Em perigo.

Fundamentação: A redução da espécie nos últimos 18 a 24 anos pode ter atingido 75% do número de indivíduos maduros e prevê-se que possa continuar a verificar-se nos próximos 18 a 24 anos, ou em qualquer período com a mesma amplitude que abarque o passado e o futuro. As causas da redução, embora geralmente compreendidas, não são reversíveis nem cessaram. A avaliação da redução é baseada em dados de abundância, no declínio da qualidade do habitat, nos elevados níveis de exploração atuais e também nos efeitos de agentes patogénicos e poluentes.

- Distribuição: A área de distribuição natural da espécie inclui a costa Atlântica da Europa e Norte de África, bem como algumas ilhas do Atlântico (Islândia, Ilhas Féroe, Açores, Madeira e Ilhas Canárias) e ainda toda a costa do Mar Mediterrâneo (Smith, 1989 in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal – ICNF). Toda a população da espécie vai desovar no Mar dos Sargaços (Schmidt, 1909 in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal ICNF, 2004), a nordeste do Mar das Caraíbas, entre 48º-74ºW e 20º-30ºN (McCleave *et al.*, 1987 in *op. cit.*).

As larvas atravessam o oceano em direção às águas continentais europeias onde completam o seu desenvolvimento. Em Portugal Continental ocorre em todas as bacias hidrográficas desde o Minho até ao Guadiana. Nos Açores e na Madeira ocorre nas águas costeiras e, embora entre nas pequenas linhas de água, lagoas e charcas (Schmidt, 1909; Nunes, 1994 in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal ICNF, 2004) é pouco provável que se mantenha e cresça até atingir a maturidade sexual, atendendo à irregularidade e reduzida dimensão destes cursos de água, ou por ficar aprisionada nas lagoas, o que impede a sua migração reprodutora.

- População: Apresenta uma tendência populacional decrescente, de acordo com os dados de recrutamento em Portugal, que sofreram uma quebra de cerca de 75% nos últimos 20 anos (Antunes, 2002 in *op. cit.*). A população mundial sofreu, durante as décadas de 80 e 90, um decréscimo de 90% no recrutamento em toda a sua área de distribuição (Dekker, 2003a in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal ICNF, 2004) tendo esse valor atingido os 99% a partir do final dos anos 90 (Dekker, 2003b in *op. cit.*).

As consequências deste decréscimo são ainda desconhecidas mas têm necessariamente implicações no número de reprodutores que conseguem alcançar o Mar dos Sargaços.

- **Habitat:** Ocorre em todos os tipos de ecossistemas aquáticos, tanto dulciaquícolas, como salobros ou marinhos. As massas de água continentais (salobras e dulciaquícolas) de caráter permanente constituem o principal habitat da espécie. No entanto, podem surgir em qualquer massa de água doce que desague no mar, mesmo que se trate de um sistema temporário. O Oceano Atlântico constitui uma rota de migração obrigatória, quer para os reprodutores que se dirigem para o Mar dos Sargaços, quer para as larvas que migram para as massas de água continentais (Tesch, 1977 in Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal ICNF, 2004).

vi. Lontra (*Lutra lutra*)

A riqueza faunística e florística desta paisagem humanizada é incalculável. As sebes que delimitam os terrenos são constituídas por espécies autóctones e são o abrigo de muitos animais. Os labirintos formados pelas valas dão abrigo e alimento a uma das espécies mais emblemáticas da Ria, a Lontra (*Lutra lutra*). Um estudo científico sobre a Lontra realizado em 1998 apontava o núcleo do BVL (Baixo Vouga Lagunar) como o mais numeroso e estável da Ria de Aveiro, apresentando uma das maiores densidades da espécie em Portugal e na Europa (Gomes N.H.F., 1998 in Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM).

Embora não seja uma espécie considerada em perigo neste território, a Lontra, que é um emblema da conservação ambiental, é uma espécie atrativa e cativante, que pode ser utilizada como forma de informar e sensibilizar o público, não só para a sua conservação, mas também para a importância das zonas húmidas em geral. Embora seja uma espécie que sabemos que existe em número abundante na região, e cuja procura de visualização é enorme por se tratar de um animal extremamente furtivo, está em estudo a realização de um projeto com a Universidade de Aveiro, colocando a perspetiva de construção de um “Lontrário”, possibilitando o visionamento da espécie em semi-cativeiro.

Para as outras espécies de aves presentes na Resolução do Concelho de Ministros nº 115-A/2008 publicada no Diário da República nº 139/2008 de 21 de Julho (Espécies Prioritárias, 2008), não sujeitas a Orientações de Gestão, mas cuja presença se encontra documentada e/ou identificada na componente da ZPE da Ria de Aveiro, parte do Concelho de Estarreja, realizou-se ainda uma pequena recolha bibliográfica de registos não oficiais, de avistamentos de espécies não mencionadas na resolução supracitada, sendo as mais relevantes:

Rouxinol-grande-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*), Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), Pilrito-de-bico-comprido (*Calidris ferruginea*), Pilrito-escuro (*Calidris maritima*), Combatente (*Philomachus pugnax*), Flamingo-comum (*Phoenicopterus roseus*), Íbis-preto (*Plegadis falcinellus*), Guarda-rios (*Alcedo atthis*), Arrábio (*Anas acuta*), Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*), Marrequinha-comum (*Anas crecca*), Piadeira (*Anas penelope*), Frisada (*Anas strepera*), Petinha-ribeirinha (*Anthus spinoletta*), Garça-real (*Ardea cinérea*), *Ardeola ralloides*, *Aythya ferina*, *Aythya fuligula*, *Calidris alba*, *Calidris canutus*, *Calidris minuta*, *Caprimulgus europaeus*, *Chlidonias hybridus*, *Ciconia ciconia*, *Egretta garzetta*, *Elanus caeruleus*, *Falco subbuteo*, *Limosa lapónica*, *Limosa limosa*, *Locustella luscinioides*, *Lullula arbórea*, *Luscinia svecica*, *Numenius arquata*, *Pluvialis apricaria*, *Pluvialis squatarola*, *Scolopax rusticola*, *Sterna sandvicensis*, *Tringa nebularia*, *Tringa totanus*, *Vanellus vanellus*, *Asio flammeus*, *Accipiter gentilis*, *Tyto alba*.

Relativamente aos restantes grupos da fauna e, tendo em conta o seu valor e importância de conservação, apresentaremos uma lista dando particular atenção às classes de Mamofauna, Ictiofauna e Herpetofauna:

Anfíbios

Rã-de-focinho-ponteagudo (*Discoglossus galganoi*), Rela (*Hyla arbórea*), Sapo-de-unha-negra (*Palobates cultripes*), Rã-ibérica (*Rana ibérica*), Rã-verde (*Rana perezi*), Sapo-parteiro-comum (*Alytes obstetricans*), Sapo-corredor (*Bufo calamita*), Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitânica*), Tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*).

Mamíferos

Toirão (*Mustela putorius*), Morcego-anão (*Pipistrellus pipistrellus*), Morcego-hortelão (*Eptesicus serotinus*), Geneta (*Genetta genetta*), Lontra (*Lutra lutra*).

Peixes

Sável (*Alosa alosa*), Savelha (*Alosa fallax*), Lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*), Enguia-europeia (*Anguilla anguilla*).

Répteis

Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*).

3.4 Património natural, conhecimento científico e estratégia económica

A relevância da riqueza existente ao nível da biodiversidade na zona lagunar do Município de Estarreja é de uma dimensão esmagadora e permitiu, nomeadamente desde o aparecimento do projeto BIORIA, que por exemplo a atividade de observação de aves (*birdwatching*), principalmente, tenha ganho uma relevância enorme na dimensão do número de pessoas que aqui se deslocam com esse fito. A riqueza da biodiversidade induz ainda a realização regular de um elevado número de estudos científicos, tornando a zona um autêntico laboratório natural, onde se destacam naturalmente os trabalhos científicos promovidos pela Universidade de Aveiro. A título de exemplo referimos alguns dos trabalhos realizados no âmbito do protocolo a que fizemos alusão no capítulo 2:

- Mendes, Eduardo - Fatores que afetam os padrões sazonais e espaciais de diversidade e atividade dos morcegos em diferentes habitats da paisagem humanizada do Baixo Vouga Lagunar. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012. Tese de Mestrado.
- Ferreira, Diana - Técnicas de identificação molecular de lontra (*Lutra lutra*) com base em amostras não invasivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014. Tese de Mestrado.
- Marques, Sara - Fatores afetam os padrões sazonais e espaciais de diversidade e atividade de micromamíferos e carnívoros em diferentes habitats da paisagem humanizada do Baixo Vouga Lagunar. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014. Tese de Mestrado.

Outros estudos constam do anexo 2.

Finalmente, sendo o Bocage um sistema “natural” de importância conhecida e aqui já sublinhada, importaria avaliar outras perspetivas para potenciar este sistema em termos agrícolas no contexto da zona agrícola global do Baixo Vouga, nomeadamente projetando as condições excelentes para o desenvolvimento da raça bovina autóctone.

Há, em suma, uma imensa vontade por parte da Câmara Municipal em adquirir conhecimento científico sobre o território e uma resposta à altura por parte da Universidade a esse desafio, mas é importante que se consigam aferir se essa aquisição de conhecimento colaborativa tem sido fator indutor de desenvolvimento económico, nomeadamente a nível local, preservando e valorizando a natureza. E há situações concretas em que tal conjugação ocorre. Desde logo na vizinha Espanha e na província da Extremadura, encontramos um dos melhores e maiores exemplos de projeção de uma região a partir do *Birdwhatching*. O projeto denomina-se “Birdwhatching in Extremadura” e assenta naquela que é conhecida como uma das maiores áreas de aves da Europa. A Comunidade Autónoma de Extremadura é considerada uma das regiões europeias de maior importância para as aves e, por via disso, é um dos destinos mais procurados por parte da comunidade científica mas também por parte dos amantes da natureza de todo o mundo, atraídos pela possibilidade de observar aves em habitats naturais de grande beleza, desfrutando ainda do interessante património cultural e histórico estremenho. Nesta região, algumas das espécies de aves mais ameaçadas da Europa encontram refúgio ímpar para a sua conservação.

Fruto da riqueza ornitológica da região, a Extremadura tem apostado no desenvolvimento do turismo centrado no *Birdwhatching*, existindo já um número elevado de empresas que prestam serviços relacionados com esta atividade, agências de viagens especializadas, assim como uma rede estruturada de alojamentos muito direcionados para este tipo de público-alvo. Em paralelo, diferentes agentes económicos da região convergiram no objetivo comum de potenciar este recurso na ótica do turismo sustentável, criando o Clube de Produto de Turismo Ornitológico “Birding in Extremadura”, como referido atrás. Trata-se de uma estrutura voluntária de interesses públicos e privados, com o objetivo de organizar e estruturar toda a oferta de serviços turísticos relacionados com a observação

de aves na Extremadura e impulsionar os fluxos turísticos relacionados com esta área, garantindo ao visitante um serviço de qualidade, conservando em paralelo os recursos naturais.

Neste contexto, encerra papel nuclear a Feira Internacional de Turismo Ornitológico (FIO), que em 2015 vai na sua décima edição. E nestes 10 anos, a FIO colocou a Extremadura no mapa mundial da observação de aves, com mais de 100 expositores e mais de 10.000 visitantes. A FIO é objetivamente uma ferramenta mais para consolidar a Extremadura como uma referência mundial no turismo ornitológico, uma atividade para todos que pode ser desenvolvida no campo mas também na cidade, considerando os eventos paralelos que por aquela altura ali ocorrem.

Um outro exemplo situa-se em Inglaterra. A **Birdwatching Fair** já percorreu um longo caminho desde o seu início em 1989. A ideia evoluiu de um evento local, realizado em 1987 na Reserva Natural Rutland Water chamado "The Wildfowl Bonanza". O evento foi um grande sucesso e, depois de muita discussão, a ideia de uma "fair for birdwatchers" foi lançada pelos organizadores Tim Appleton e Martin Davies. A Feira tem lugar na reserva natural em Rutland Water, que em si mesmo é um enorme reservatório de armazenamento de água de propriedade da Anglian Water. A reserva natural é uma área RAMSAR e de Proteção Especial, gerida pela Leicestershire e Rutland Wildlife.

O objetivo da Feira, numa parceria entre a Leicestershire, a Rutland Wildlife Trust RSPB, consistia em juntar *birdwatchers*, desenvolver uma feira comercial para a indústria de observação de aves e apoiar projetos internacionais de conservação.

Nos dias de hoje, no mês de Agosto, mais de 20.000 visitantes visitam a feira e mais de 300 expositores mostram os seus produtos e em conjunto com a BirdLife International e os seus parceiros, geram meios para projetos de conservação. Desde o primeiro projeto em 1989 até aos nossos dias, mais de £ 2.000.000 (cerca de 2,8 milhões de euros) foram angariados para ajudar a salvar as aves e os seus habitats na Europa, África, Ásia e América do Sul. A Birdfair atrai expositores de todo o mundo promovendo áreas de negócio tão diversas como o ecoturismo, equipamentos óticos e produtos birdfeeding.

Estas 2 situações aqui resumidamente afluídas lançam também a perspetiva de futuro de estabelecimento ou inserção em redes de parceria com realidades que se

complementem criando a nível europeu ou da península ibérica um produto atrativo para os *birdwatchers* ou amantes da natureza de todo o mundo o que representa objetivamente uma oportunidade de valorização, como veremos adiante.

3.5 Síntese

Sublinhámos a imensa riqueza e diversidade da paisagem tão bem marcada pelo imenso mosaico de habitats que atrás descrevemos e pelas extraordinárias espécies de fauna e flora que ali se encontram. Confirmámos a sua validade científica e as dinâmicas que daí podem surgir, traçando uma trajetória evolutiva quantitativa e qualitativamente, da política pública em Estarreja.

E vimos como o conhecimento científico pode contribuir para o desenvolvimento económico em locais diferenciados mas semelhantes em muitas dimensões. A evolução retratada neste capítulo traduz o entusiasmo da mobilização do conhecimento científico para a competitividade da região.

Agora, a Estratégia Europa 2020 desafia-nos para uma nova ambição no contexto das novas políticas públicas, não nos limitando a adaptar, mas abrindo novos horizontes de evolução e novos modelos de desenvolvimento. Este será o foco do capítulo que se segue.

CAPÍTULO 4

4. AS NOVAS ORIENTAÇÕES E OS NOVOS QUADROS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O trabalho realizado até aqui nesta dissertação permite evidenciar uma trajetória evolutiva em que “descobrimos” ações e recursos existentes na região, em que o conhecimento científico validou a relevância desses recursos, proporcionando até situações concretas de impacto marcante na economia local, indiciando um potencial de desenvolvimento social e ambientalmente relevante. Sabemos também que, atravessando Portugal um período de conhecida escassez de recursos financeiros, as políticas públicas da União Europeia representam parte fundamental para colmatar essa falta e proporcionar o desenvolvimento do país. Neste contexto, torna-se essencial ir buscar a essa fonte as orientações e os meios necessários à construção e realização das indispensáveis políticas de desenvolvimento. A Estratégia Europa 2020 e a sua evolução constituem esse quadro definidor.

4.1 A Estratégia Europa 2020

A Estratégia Europa 2020, lançada em 2010 para os dez anos seguintes, visa não só a saída da crise, da qual as economias europeias estão a recuperar gradualmente, mas também o colmatar das deficiências do nosso modelo de crescimento criando condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, apontando inequivocamente o caminho para a criação de uma “nova economia”. Os objetivos da estratégia são apoiados por sete iniciativas emblemáticas que servem de enquadramento para atividades conjuntas da UE e das autoridades nacionais nas seguintes áreas: inovação, economia digital, emprego, juventude, política industrial, pobreza e eficiência na utilização dos recursos. A estratégia Europa 2020 visa criar um crescimento inteligente (mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação), sustentável (dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono, aos serviços ecossistémicos e à biodiversidade e à inovação ecológica), e inclusivo (prestando especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza). A Estratégia Europa 2020, almeja a criação de uma

nova economia, com novas perspetivas de desenvolvimento, focada na competitividade, deixando para trás o modelo de desenvolvimento anterior e cuja implementação será executada pela Política Regional, constituindo esta o seu “braço” de investimento. A Política Regional desempenhará assim um papel essencial na transformação do investimento em crescimento inteligente e sustentável, através do apoio dado a acções nos domínios climático, energético e ambiental.

4.2 A Política Regional da União Europeia

A Política Regional mudou drasticamente face ao modelo anterior e constitui agora, como atrás se referiu, a “ferramenta” de investimento da Estratégia Europa 2020. Os quadros comunitários anteriores (essencialmente os QCA’s) trabalhavam sob a lógica de apoio de compensação aos Estados-Membros menos desenvolvidos. No QREN já assistimos a uma dimensão transversal, ainda que ténue, de promoção da competitividade, em linha com a Agenda de Lisboa. Na Estratégia Europa 2020, pelo contrário, todos os Estados-Membros partilham da mesma estratégia e mesmo as regiões menos desenvolvidas têm de ser parceiras nesta nova estratégia global. O enfoque deixa de ser o investimento em infraestruturas e passa a ser a competitividade com base na capacidade de inovação. O quadro orientador de base para as políticas públicas de desenvolvimento mudou assim radicalmente face aos QCA’s e esse é um “novo mundo” que se abre em termos de novas perspetivas de desenvolvimento. Na sequência do lançamento da Europa 2020, a Política Regional assumiu na plenitude essa nova abordagem desde logo, produzindo 2 comunicações, uma focando o contributo para o Crescimento Inteligente, outra para o Crescimento Sustentável.

A **primeira Comunicação (Contributo para o Crescimento Inteligente)** apresenta o contributo da Política Regional na concretização da Estratégia Europa 2020 no que se refere ao Crescimento Inteligente e em especial para a iniciativa emblemática “**Uma União de Inovação**”. Aqui as **regiões** representam **papel central** como primeiros **parceiros institucionais** das **Universidades**, setores de **investigação** e **educação** e **PME’s**, que são cruciais para o processo de **inovação**. O desenvolvimento de **Estratégias para a**

Especialização Inteligente constitui uma das ações essenciais para atingir os objectivos de crescimento inteligente da estratégia «UE2020» através da política regional e do respectivo financiamento.

Esta ação visa concertar recursos nas áreas mais promissoras em termos de vantagem comparativa, por exemplo em polos de actividade, nos setores existentes e nas atividades intersectoriais, na ecoinovação, nos mercados de elevado valor acrescentado ou em áreas específicas de investigação.

A **segunda Comunicação (Contributo para o Crescimento Sustentável)** apresenta o contributo da Política Regional na concretização da Estratégia Europa 2020 no que se refere ao Crescimento Sustentável e em especial para a iniciativa emblemática **“Uma Europa eficiente em termos de recursos”**, ajudando a lançar a economia da UE na rota do crescimento sustentável e gerador de emprego, enquadrando o financiamento da Política Regional numa estratégia de financiamento coerente que mobilize o financiamento nacional, público e privado. Assume-se que a **Política Regional** desempenha um **papel essencial na transformação do investimento em crescimento inteligente e sustentável**, através do apoio dado a **ações nos domínios climático, energético e ambiental**. E definia, ao tempo (2011), de que modo as Autoridades de Gestão dos Estados-Membros podiam sintonizar os programas de então da Política Regional com os objetivos de crescimento sustentável da Europa 2020.

Este contributo desenvolve-se numa **abordagem** suportada em **2 pilares: Investir mais no Crescimento Sustentável e Investir melhor no Crescimento Sustentável**.

O **primeiro pilar** integra **3 prioridades: economia de baixo teor de carbono, serviços ecossistémicos e biodiversidade e inovação ecológica**. Para o nosso caso relevam as prioridades respeitantes aos **serviços ecossistémicos** (com a tónica na preservação e no aproveitamento das potencialidades do ambiente natural, sublinhando a aposta maior no *“capital natural como fonte de desenvolvimento económico”* - o “tema” inspirador desta dissertação) e às *“infraestruturas verdes”*, evoluindo para uma gestão integrada dos serviços ecossistémicos; e a prioridade respeitante à **inovação ecológica** ou **eco-inovação** (com o aproveitamento do potencial das economias verdes pelas regiões e com o

desenvolvimento de estratégias transversais para promover a eco-inovação de clusters regionais).

O **segundo pilar** (Investir melhor no Crescimento Sustentável) aponta para a integração da “**sustentabilidade**” em todo o **ciclo de vida dos projetos**, para a necessidade de se analisarem os **investimentos** à luz da **resistência climática** e da **eficiência dos recursos** e para a uma **melhor governança**, instando as autoridades dos Estados-Membros a incluir **objetivos de crescimento sustentável** no quadro geral da atividade política.

A Política Regional, definida a partir do quadro conceptual da Estratégia Europa 2020, sublinha assim 2 dimensões essenciais:

- A dimensão da valorização da **Inovação e Competitividade**, que pela primeira vez introduz questões como o ambiente, a sociedade, os recursos regionais como factores de inovação e competitividade, não se restringindo à investigação e à tecnologia, como anteriormente;
- A dimensão da valorização de uma estratégia comum a todos os parceiros, definida pelo **Quadro Estratégico Comum** (QEC), que estrutura e enquadra a aplicação dos fundos e estabelece um conjunto de **Objetivos Temáticos/OT's** e as **Prioridades de Investimento/PI's**. Trata-se de uma alteração de fundo face à avaliação (negativa ou pelo menos sofrível) que foi feita dos impactos no terreno da Agenda de Lisboa, sublinhando a preocupação pela integração dos instrumentos financeiros, fazendo-os convergir numa única estratégia.

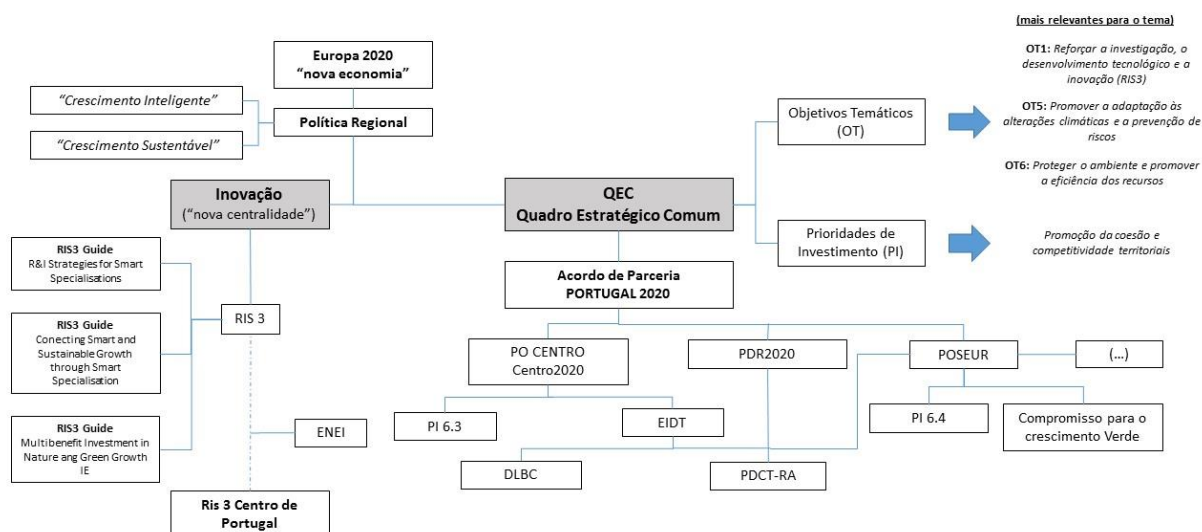
Num contexto mais focado, não será demais sublinhar que a Política Regional tem sido um parceiro ativo no sentido de ajudar as regiões a preservar e assegurar a gestão sustentável dos seus recursos naturais. Em toda a UE, os projetos em zonas Natura 2000, a recuperação das zonas húmidas e planícies aluviais, o desenvolvimento de corredores verdes e apoio aos sistemas de informação para a monitorização da biodiversidade foram co-financiados no contexto da política de coesão. Investimentos de índole semelhante estão previstos ser realizados entre 2014 e 2020. Neste contexto, importa destacar as interconexões cruciais que existem entre a natureza, a sociedade e a economia. Releva-se

em particular os investimentos na natureza, a biodiversidade e infra-estruturas verdes como relevantes para a Política Regional. Além disso, enfatiza-se como investimentos do Fundo de Coesão FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) na natureza e infraestruturas verdes podem realmente contribuir para diversos objetivos políticos e podem proporcionar múltiplos benefícios, em particular o desenvolvimento socioeconómico.

A Política Regional evoluiu assim, de forma geral, para o lançamento da inovação como questão central, criando uma nova centralidade, que é traduzida pela prioridade dada à competitividade das empresas associando o lançamento de novas perspetivas para a valorização económica. A política de inovação na UE e particularmente a Política Regional tem sofrido uma evolução profunda desde o lançamento dos quadros comunitários em 1989. Sublinha-se aqui o facto da componente “inovação” ter passado a ser condição *ex-ante* da Política Regional no período de 2014 a 2020.

A evolução da Estratégia Europa 2020 no contexto desta dissertação pode ser apresentada na forma da Figura 5.

Figura 7 - Desenvolvimento da Estratégia Europa 2020 no contexto da dissertação



Fonte: Elaboração partilhada com o Professor Artur Rosa Pires (2015)

Esta síntese destaca as 2 dimensões anteriormente definidas, lançando o nível seguinte, num caso projetando as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) (Comissão Europeia, 2012a; Comissão Europeia, 2012b; Comissão Europeia, 2013) como a nova geração das políticas regionais de inovação, noutro caso a partir do QEC e das suas OT's e PI's, evoluindo para os Acordos de Parceria com os Estados-Membros, nas suas dimensões mais concretas e específicas.

Por razões de lógica e coerência deste capítulo, seguimos no desenvolvimento da primeira dimensão, ligada à Inovação e Competitividade.

4.3 Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)

Do papel assumido pela Política Regional emergem as Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3) que projetam então um novo conceito de inovação, ligando-a aos recursos do território e introduzindo novas questões como o crescimento verde e a inovação social.

As RIS3, constituem “agendas de transformação económica integradas de base local, que partem da identificação das características e ativos específicos de cada região para, através de um processo participado por todas as partes interessadas, estabelecerem uma visão de futuro sustentável para o território”. São, por isso, uma resposta a desafios de desenvolvimento complexos adaptando a política ao contexto regional, sendo que as dinâmicas de inovação não se centram apenas na ciência e tecnologia mas dedicam também agora especial atenção às realidades sociais e à valorização dos ativos das regiões.

As RIS3 canalizam os esforços de desenvolvimento económico e os investimentos para as mais-valias relativas de cada região, explorando as respetivas oportunidades económicas e tendências emergentes, tomando medidas para potenciar o seu crescimento económico.

A ênfase em projectos inovadores *que suscitem uma transformação estrutural da economia* regional (*innovation vs discovery*), nomeadamente através de novas especializações económicas construídas a partir das já existentes – para além de associar a dimensão “territorial” aos projectos inovadores, invoca também uma perspectiva de

médio/longo prazo, que permite designadamente analisar e avaliar o potencial dos recursos “a partir do futuro”.

Para apoiar as regiões no desenvolvimento das suas Estratégias, a Comissão Europeia criou a S3 – Plataforma para a Especialização Inteligente (Joint Research Center) gerida por uma equipa do Centro Comum de Investigação, sediado em Sevilha, onde as regiões se registam e acedem a informação de forma a poderem criar ou aperfeiçoar as RIS3, criando oportunidades futuras de partilha de experiências e disseminação de conhecimento.

As RIS3 geram novas oportunidades por si só que importa serem sublinhadas, em linha, aliás, com a filosofia da Política Regional relativamente às orientações de funcionamento do quadro comunitário de apoio a Portugal. É claramente determinada a minimização do enfoque no investimento público, transferindo-o para o investimento privado e para as empresas e para o desenvolvimento económico de base local. Em Portugal, esta nova perspetiva confere uma nova importância às Comunidades Intermunicipais, assinalando-se, por exemplo, o combate ao desemprego e o apoio às microempresas ou à criação de emprego próprio.

Ainda a referir que nesta nova relação, resulta a possibilidade de haver empresas cujos projetos de competitividade possam passar, por exemplo, pela valorização dos recursos naturais, tendo em conta que tais ações estão perfeitamente contempladas na RIS3.

4.4 A RIS 3 do Centro de Portugal

Em Portugal a RIS3 do Centro de Portugal (cuja elaboração precedeu temporalmente a construção da RIS3 nacional – a ENEI, Estratégia Nacional para a Especialização Inteligente) incorporou explicitamente as questões ligadas à valorização dos recursos endógenos e territoriais e o seu desenvolvimento decorreu no contexto do exercício mais amplo de reflexão estratégica sobre o futuro da região, no horizonte 2020: o CRER 2020.

O exercício desenvolvido com a definição da RIS3 do Centro identificou a Agro-indústria, a Floresta, o Mar, as TICE, os Materiais, a Saúde e o Bem-estar, a Biotecnologia e o Turismo como domínios diferenciadores temáticos da Região Centro, seja pelos resultados que os dados estatísticos disponíveis evidenciam, seja pelas dinâmicas instaladas no território,

seja pelas características físicas da região que possui recursos endógenos diversificados que faz todo o sentido valorizar no contexto de uma estratégia de especialização inteligente.

O processo de auscultação dos agentes regionais conduziu à identificação de mais três domínios diferenciadores, de natureza distinta: a produtividade industrial sustentável, a eficiência energética e a inovação rural. Estes três domínios são transversais, e correspondem a prioridades da Região Centro que importa considerar em sede de especialização inteligente.

Partindo destes elementos, foi possível chegar a quatro áreas focais que mobilizam os domínios diferenciadores em prioridades regionais, e que funcionarão como Plataformas de Inovação da RIS3 do Centro de Portugal:

1. Soluções industriais sustentáveis;
2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais;
3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida;
4. Inovação territorial.

Nas RIS3 do Centro de Portugal encontramos então de novo o fio “evolutivo” que entendemos percorrer todo este estudo, bem patente quando são definidas a “valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais” e a “inovação territorial” como duas das quatro áreas focais que mobilizam os domínios diferenciadores da Região Centro. A **Inovação Rural**, integrada na área da Inovação Territorial, constitui uma das apostas indicativas desta estratégia, incentivando a *“experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em áreas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (e.g. telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios”*.

Na área da **valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais** *sugere-se a aposta indicativa centrada no “Desenvolvimento de novos produtos associados (...) à atividade agroflorestal e à economia verde, incluindo também a introdução de abordagens inovadoras nos processos ligados ao aproveitamento e transformação dos recursos endógenos naturais otimizando a sua posição nas respetivas cadeias de valor (...)” e a comercialização especializada de produtos agroalimentares (...)”*

Esta **nova centralidade** que resulta na aposta na **inovação** e na **competitividade** projetada pela RIS3, “obriga” a que, por exemplo, as **autarquias** tenham de assumir uma **nova abordagem às políticas públicas**, reorientando as suas opções estratégicas. Esta é então uma **primeira oportunidade** de valorização que é possível identificar neste novo quadro de políticas públicas.

Passaremos de seguida à análise da segunda dimensão da Política Regional ligada à valorização da estratégia comum.

4.5 O Quadro Estratégico Comum - QEC

Como vimos atrás, o Quadro Estratégico Comum (QEC), estrutura e enquadra a aplicação dos fundos e estabelece um conjunto de Objetivos Temáticos/OT's e as Prioridades de Investimento/PI's. Trata-se de uma alteração de fundo, sublinhando a preocupação pela integração dos instrumentos financeiros, fazendo-os convergir numa única estratégia, o que representa a já referida alteração de fundo na Política Regional mas também os ensinamentos retirados da avaliação que foi feita dos impactos no terreno da Agenda de Lisboa. O QEC inclui elementos estratégicos comuns de planeamento e programação, incluindo uma lista de objetivos temáticos comuns (Tabela 2) baseada na estratégia «Europa 2020» e disposições e orientações sobre os contratos de parceria a celebrar com cada Estado-Membro. Traduz os objetivos e as metas da União em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em ações-chave dos diferentes fundos o que assegurará uma utilização integrada dos FEEI para atingir objetivos comuns. Foram

celebrados contratos de parceria entre a Comissão e cada Estado-Membro, que definiram as obrigações dos parceiros a nível nacional e regional e da Comissão. Estes Acordos foram articulados com os objetivos da estratégia «Europa 2020» e os programas nacionais de reforma. Estabeleceram uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial, apoiada por todos os FEEL, e incluíram objetivos baseados em indicadores comuns, investimentos estratégicos e condicionalidades.

Tabela 2 - Objetivos Temáticos (pré-definidos na Regulamentação Comunitária)

Objetivo Temático	Nome
OT1	Reforçar investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
OT2	Melhorar o acesso às tecnologias de informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
OT3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)
OT4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
OT5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
OT6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
OT8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral
OT9	Promover a inclusão social e combater a pobreza
OT10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
OT11	Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

Fonte: Portugal 2020, 2014

Se por um lado a configuração do QEC no quadro da Estratégia Europa 2020 (figura 4) implica um cariz de pendor rígido, por outro lado, paradoxalmente, tem uma componente de flexibilidade que decorre da possibilidade que é trazida de, a partir de um quadro de base igual, aprender facilmente com as diferentes abordagens que vão sendo feitas em cada território ou região. E este tipo de **parceria estratégica “externa”** é uma **segunda oportunidade** de valorização que pode e deve ser agarrada, nomeadamente pelas autarquias, para criar essas novas abordagens a estes novos desafios, tendo em conta

que o potencial de aprendizagem aumenta imenso face a situações em que partimos de quadros de base diferentes.

4.6 O Acordo de Parceria Portugal – União Europeia

Como vimos atrás, a evolução dos QCA's até aos Acordos de Parceria, passando pelo QREN, foi notória. Nos **QCA's** os Estados-Membros indicavam os seus projetos de investimento no âmbito das políticas nacionais, desde que enquadrados, eram alvo de apoio; no **QREN** já era exigida uma estratégia de base articulada com a Agenda de Lisboa (que refletia as preocupações da Comissão com a competitividade da Europa no quadro de uma sociedade globalizada e da economia do conhecimento), sendo que se mantinha nos Estados-Membros a definição das prioridades de investimento. Nos **Acordos de Parceria**, que são uma consequência do QEC, os Estados-Membros são parceiros numa estratégia europeia pré-definida.

Nessa sequência, o Portugal 2020, o Acordo de Parceria que Portugal submeteu à Comissão Europeia, estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, no nosso país, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no período 2014-2020.

Os fundos estruturais não deixarão de ser, neste período, o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do País e à correção das assimetrias regionais que ainda persistem, mas passam a ter um enquadramento radicalmente diferente.

A intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no contexto do Acordo de Parceria subordinar-se-á, no período de programação 2014-2020, a uma lógica de intervenção organizada em torno de domínios temáticos:

- **Competitividade e a Internacionalização** da economia - O desafio da alteração do perfil de especialização produtiva e do aumento da sua competitividade estará associado, neste novo ciclo, a apoios fundamentalmente direcionados ao investimento empresarial em atividades transacionáveis, à promoção da intensidade exportadora e presença em mercados internacionais, à produção e difusão de

conhecimento científico e tecnológico e à formação empresarial. As empresas estão na primeira linha dos destinatários do Portugal 2020.

- **Fomento do Capital Humano** - A longo prazo, a competitividade depende essencialmente das pessoas, da qualidade da sua formação e da sua empregabilidade no mercado de trabalho de uma economia em mutação. Por isso, Portugal 2020 aposta decisivamente no aumento do Capital Humano.
- **Inclusão Social e o Emprego** - O desemprego é a sequele mais grave da crise para que fomos arrastados, por anos de adiamento das reformas fundamentais, que deveriam ter acompanhado a nossa migração para o novo regime monetário do euro.
- **Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos** - promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável que integre a eficiência na utilização de recursos, a proteção do ambiente e a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas.

Por último, estes quatro domínios temáticos deverão estar articulados e contribuir positivamente para dois domínios transversais (Figura 6): a **redução das assimetrias territoriais** tendo em consideração as suas potencialidades específicas; e a **promoção de uma administração pública** mais eficaz e eficiente.

Figura 8 - Acordo de Parceria: Dimensões Estratégicas



Fonte: PORTUGAL 2020, 2014

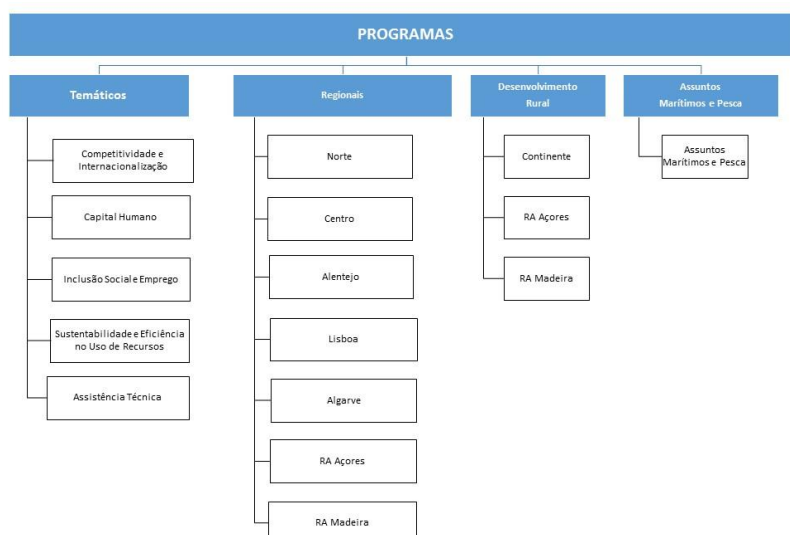
O alinhamento entre as dimensões estratégicas e os objetivos temáticos definidos no QEC consta das Tabelas 3 e 4 e Figura 7.

Tabela 3 - Acordo de Parceria Portugal 2020: estruturação estratégica por domínios (temáticos e transversais) e por objetivos temáticos

PORTUGAL 2020: Estruturação Estratégica		
Domínios	Domínios Transversais	
	Abordagem Territorial	Reforma da Administração Pública
Domínios Temáticos	Objetivos Temáticos Centrais: OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação OT 2 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como a sua utilização e qualidade OT 3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas OT 11 - Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente Outros Objetivos Temáticos: OT 8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	
	Objetivos Temáticos Centrais: OT 8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza	
	Objetivo Temático Central: OT 10 - Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	
	Objetivos Temáticos Centrais: OT 4 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos OT 6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	

Fonte: PORTUGAL 2020, 2014

Figura 9 - Acordo de Parceria: Programas Operacionais



Fonte: PORTUGAL 2020, 2015

Tabela 4 - Acordo de Parceria: abrangência Territorial dos Programas Operacionais

PORTUGAL 2020 - Abrangência Territorial dos Programas Operacionais		
Natureza	Programa Operacional	Território de Aplicação
Temáticos	Competitividade e Internacionalização	Regiões Norte, Centro e Alentejo (Fundo de Coesão - Portugal)
	Inclusão Social e Emprego	Regiões Norte, Centro e Alentejo (IEJ - Iniciativa Emprego Jovem - Portugal)
	Capital Humano	Regiões Norte, Centro e Alentejo
	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Portugal
Regionais	Norte	Região Norte
	Centro	Região Centro
	Alentejo	Região Alentejo
	Lisboa	Região Lisboa
	Algarve	Região Algarve
	Açores	Região Açores
	Madeira	Região Madeira
Desenvolvimento Rural	Continente	Continente
	Açores	Região Açores
	Madeira	Região Madeira
Ass. Mar. e Pesca	Assuntos Marítimos e Pesca	Portugal
AT	Assistência Técnica	Portugal

Fonte: PORTUGAL 2020, 2014

Na sequência da evolução do Acordo de Parceria (Figura 6) debruçar-me agora sobre os PO's que têm relação com o tema desta dissertação: o POSEUR (e o Compromisso para o Crescimento Verde), o PDR2020 e o PO Regional do Centro.

4.7 Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - POSEUR

O POSEUR, criado através da Decisão de Execução da Comissão Europeia em 16 de dezembro de 2014, surge como um dos 16 programas criados para a operacionalização da Estratégia Portugal 2020. O POSEUR pretende intervir especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de

baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes.

A estratégia para o POSEUR enquadra-se numa perspetiva multidimensional da sustentabilidade assente em três pilares estratégicos que estão na origem dos 3 Eixos de Investimento do Programa:

- Eixo I - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
- Eixo II - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Eixo III - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Portugal apresenta condições e oportunidades no domínio da economia verde que devem ser exploradas e aproveitadas para criar maior riqueza e emprego. As autoridades portuguesas estão fortemente empenhadas em incentivar a economia verde, através de diferentes mecanismos (fiscais, regulamentares, investimentos), estimulando os setores público e privado a intervirem cada vez mais neste domínio, sendo que os investimentos previstos nas áreas abrangidas pelo POSEUR gerarão também oportunidades significativas para diversos setores e atividades, em termos de rendimento e emprego.

No que se refere ao Eixo III, aquele que nos interessa atento o tema da dissertação, que tem como escopo a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos, há uma atenção especial na valorização dos resíduos, investimentos no setor da água, proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e também na promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000.

No contexto do POSEUR é indicado destacar a Prioridade de Investimento 6.4 e as tipologias de operações que lhe estão associadas (Tabela 5 e Tabela 6).

Tabela 5 - Prioridades de investimento do Eixo III do POSEUR com relevância para a dissertação.

Prioridade de Investimento	Objetivos Específicos	Indicadores de Resultados	Meta 2023
Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats	70-75 %

Fonte: POSEUR, 2015

Tabela 6 - POSEUR, Eixo III, Tipologia de Operações elegíveis

Gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Ações dirigidas para a recuperação e proteção de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável; • Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras; • Recuperação de ecossistemas degradados por impactes severos; • Ações de adaptação às alterações climáticas previstas no sector da biodiversidade da ENAAC; • Elaboração de Planos de Gestão dos sítios da Rede Natura 2000, incluindo no meio marinho; • Apoiar a realização de levantamentos topográficos e cartográficos;
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: POSEUR, 2015

Ações a desenvolver à luz da **Prioridade de Investimento 6.4** representam então uma outra **oportunidade** de valorização dos recursos naturais.

4.8 Compromisso para o Crescimento Verde

O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, para além da responsabilidade sobre o POSEUR, avançou com uma outra iniciativa institucional, criando o Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) (Towards Green Growth, 2011). O CCV resulta do trajeto iniciado com a Estratégia Europa 2020 e com a Política Regional, evoluindo para o QEC e o Acordo de Parceria Portugal 2020, onde, na construção e definição do POSEUR, as autoridades públicas portuguesas consideraram fundamental estabelecer e concretizar

uma visão pós-troika de desenvolvimento de longo prazo que beneficiasse do lançamento de um novo ciclo de reformas estruturais e de investimentos seletivos e produtivos em áreas estratégicas, como o conhecimento, a política industrial e a economia verde, capazes de promover, de uma forma sustentável, o crescimento e o emprego.

Em primeiro lugar, porque é necessário agir perante o agravamento dos sinais de crise climática, degradação e escassez de recursos hídricos e perda de biodiversidade

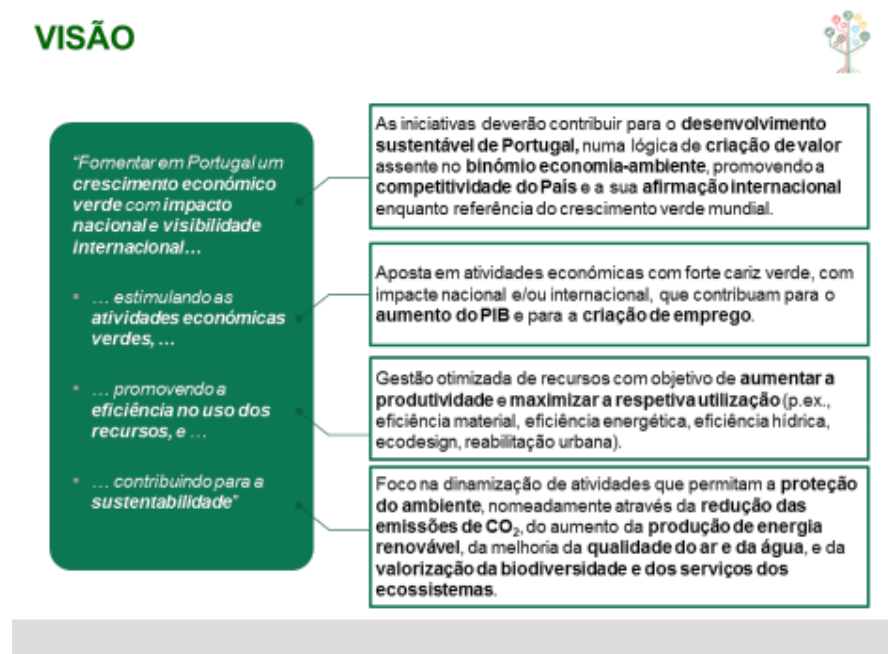
Em segundo lugar, porque urge superar a situação paradoxal em que nos encontramos há décadas, combinando, na área dos recursos naturais, elevado potencial de talentos, recursos e infraestruturas, mas também significativos problemas estruturais.

Em terceiro lugar, porque devemos tirar partido das oportunidades económicas e de geração de emprego associadas ao crescimento verde.

Segundo se retira da posição das autoridades portuguesas, *“(...) os objetivos do crescimento verde serão totalmente consistentes com os grandes desafios colocados à sociedade portuguesa: crescimento, emprego, redução da dependência do exterior, fiscalidade mais inteligente (tributando mais o que se degrada e polui e menos o que se produz e aufere) e qualidade de vida. O espírito inconformista no diagnóstico, reformista nas soluções e otimista nos resultados que norteou a constituição, em fevereiro de 2014, da Coligação para o Crescimento Verde que congregou os esforços de quase uma centena de associações e representantes da área empresarial, científica, financeira, assim como dos organismos públicos, fundações e Organizações não-governamentais (ONG). O Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) é um resultado direto do espírito e da discussão desenvolvida na Coligação para o Crescimento Verde. O **CCV procura estabelecer as bases para um compromisso em torno de políticas, objetivos e metas** que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações, conjugado com um novo ciclo de programação comunitária, cujos fundos poderão ser os catalisadores da mudança e da recuperação nacional, abrindo novas oportunidades para agentes públicos e privados, reforçando as condições de competitividade e sustentabilidade da economia portuguesa,*

promovendo a competitividade do País e a sua afirmação internacional como referência do crescimento verde.” (ver Figura 8 e Figura 9).

Figura 10 - CCV – Visão



Fonte: MADR (2015)

Figura 11 - CCV: Pilares e Catalisadores do Crescimento Verde



Fonte: Compromisso para o Crescimento Verde (2015)

A biodiversidade e os serviços dos ecossistemas constituem um dos 10 pilares do Crescimento Verde (Figura 8); a valorização da biodiversidade um dos 13 objetivos a atingir.

Neste campo, estão definidas no documento um conjunto de iniciativas a reter:

- Quantificar e remunerar o valor económico dos serviços dos ecossistemas;
- Implementar sistemas naturais de proteção contra catástrofes e riscos naturais (cheias e inundações);
- Criar marcas indexadas à valorização de produtos e serviços desenvolvidos com base nos recursos das áreas classificadas;
- Promoção e melhoramento de raças autóctones;
- Promoção de medidas agroambientais (...);
- Estruturar e aumentar a oferta de turismo de natureza (...).

No nosso território, olhando para as iniciativas do CCV, podemos destacar projetos como o BIORIA (iniciativa *“valorização de produtos e serviços desenvolvidos com base nos recursos das áreas classificadas”*); a promoção da raça bovina “Marinhua”, autóctone do Baixo Vouga (iniciativa *“Promoção e melhoramento de raças autóctones”*) e a criação de condições, através do projeto agrícola do Vouga, para o incentivo da cultura do arroz na zona, importante para a preservação de uma espécie ameaçada como a Garça Vermelha (*“Promoção de medidas agroambientais”*).

Se a denominada economia verde é importante a nível nacional, nalgumas regiões que possuem recursos idênticos aos que encontramos em Estarreja, ela é particularmente importante porquanto representa um desafio de tipo completamente diferente daqueles que usualmente são colocados à autarquia. A simples existência de uma iniciativa como esta demonstra que estamos perante uma esfera diferente das políticas públicas. Ao associar a preservação do ambiente ao desenvolvimento económico (tema desta dissertação) e ao perseguir o escopo do crescimento económico sustentável, a economia verde oferece uma oportunidade única para, de forma abrangente, abordar a articulação

entre diferentes desafios sociais, como a segurança alimentar, a escassez de recursos naturais, a dependência dos recursos fósseis e as alterações climáticas.

O **Compromisso para o Crescimento Verde**, abre assim novas portas por explorar e em que a sua indefinição no que se refere a medidas concretas representa em si mesmo um novo desafio ou uma oportunidade de **valorização**.

4.9 Programa Operacional Regional do Centro – Centro 2020

Vimos atrás que ao sublinhar a importância das dimensões da “valorização e usos eficiente dos recursos endógenos” e da “inovação territorial”, a RIS3 do Centro projeta também para o PO regional uma nova abertura para a criação de um novo modelo de desenvolvimento.

O Programa Operacional (PO) Regional do Centro constitui-se como instrumento para a concretização da ambição da Região Centro.

O Programa Operacional da Região Centro, para o período 2014-2020 (CENTRO 2020), tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais.

Com a aplicação dos fundos comunitários inscritos no Programa Operacional, a Região Centro ambiciona tornar-se *Innovation Follower*, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá assim como prioridades até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

O Programa é, ainda, um instrumento decisivo para a concretização da Estratégia de Especialização Inteligente definida na Região Centro (RIS3), que funcionará como um elemento racionalizador dos investimentos a apoiar. Como vimos atrás, na RIS3 do centro de Portugal foram identificadas quatro Plataformas de Inovação, sendo que 2 delas assumem particular consonância com o nosso objeto de estudo: a **Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais** e a **Inovação territorial**.

O novo Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários, mobilizando 9 objetivos temáticos e 27 prioridades de investimento, sendo que para o caso em estudo apenas interessam os OT's e PI's da tabela 7.

Tabela 7 - Eixos Prioritários e Orientações Temáticas com incidência direta nas temáticas da dissertação

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	OT4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	OT6: Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos

Fonte: Centro 2020, Programa Operacional Regional do Centro (2015)

No que atende assim ao PO Regional (**Centro 2020**), e considerando que a **Prioridade de Investimento 6.3** (*Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural*) representa naturalmente uma nova e direta oportunidade de valorização, estamos perante mais uma **oportunidade** possível de desenvolvimento.

As Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

As Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) são referenciais estratégicos que asseguram a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as Estratégias definidas a nível das respetivas NUTS II. Estas Estratégias são dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) de cada uma das NUTS III do Continente, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional.

O reconhecimento das EIDT é uma condição prévia à implementação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), dos Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)

Com o objetivo de promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, é proposta a criação de um instrumento denominado Desenvolvimento Local de Base Comunitária **(DLBC)**.

Os grupos alvo do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) encontram-se articulados, com a focalização temática, no nosso caso, nas “Comunidades de base rural e agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural”. Na Região de Aveiro e a partir da definição da EIDT (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial) respetiva, está já criada a DLBC de Base Rural que abrange a generalidade dos municípios da Comunidade Intermunicipal.

Na lógica vinda já dos anteriores quadros de reforço da escala da NUTIII como escala de referência para a gestão desconcentrada de políticas setoriais, mas também na mais recente evolução para que este seja um nível privilegiado para articulações entre o governo central e o governo local, no período 2014-2020 procura-se consolidar este caminho, propondo como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados **(ITI)** a escala NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas) através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

No quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) serão concretizados através de **Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)**, ancoradas nas estratégias de desenvolvimento territorial atrás referidas.

Nesta sequência enquadra-se o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA) assinado em Agosto de 2015 pela CIRA e pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Centro, definindo os termos e condições em que a

Autoridade de Gestão apoia o programa de ação acordado com a CIRA e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar. A dotação financeira global está dividida entre o PO do Centro, o POSEUR e o PDR2020.

O trabalho desenvolvido pela Autoridade de Gestão do PO do Centro e pela CIM da Região de Aveiro na elaboração da **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)** 2014-2020 evoluiu no sentido da construção de um caminho que contempla as **DLBC Rural** previstas para esta região como mais uma **oportunidade** de valorização) e o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (**PDCT-RA**) que com a ligação ao **PDR2020**, permite a construção de outra **oportunidade** de valorização ligada ao ali (no pacto) constante Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga.

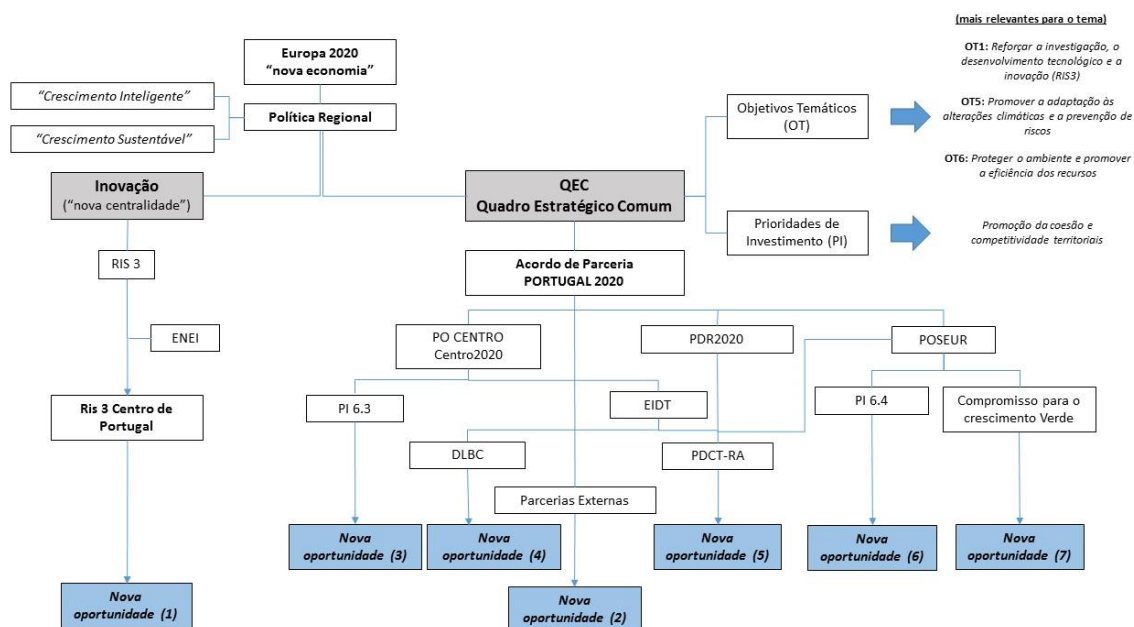
4.10 O PDR 2020

O PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020) tem como objetivo apoiar o investimento em explorações agrícolas e florestais, em empresas agroindustriais e à instalação de jovens agricultores, potenciando as condições para aumentar a competitividade do seu negócio. Sublinha-se a sua Medida de Investimento 4, integrada no Objetivo Temático 3 (promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos) define a “(...) restauração, preservação e incremento da biodiversidade, incluindo nas zonas Natura 2000, zonas que enfrentam restrições naturais ou outras específicas, e zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias e melhoria da gestão da água e do solo.”

4.11 As novas oportunidades e desafios

No epílogo deste capítulo, denso em termos de informação de base, será indicado resumir sistematizando a informação de forma a refletir em concreto sobre as oportunidades de valorização que as novas orientações políticas podem trazer ao território de Estarreja (ver Figura 10).

Figura 12 - As oportunidades e desafios de valorização dos recursos naturais no contexto das novas políticas públicas



Fonte: Elaboração partilhada com o Professor Artur Rosa Pires (2015)

4.12 Síntese

A estratégia **Europa 2020** sublinhou a necessidade de lançamento de uma "nova economia", com as 3 prioridades conhecidas (inteligente, sustentável e inclusiva). Nessa perspetiva se evoluiu para uma economia mais ecológica e eficiente na utilização de recursos, sublinhando através da **política regional**, a **inovação e competitividade** que propiciam as estratégias de especialização inteligente (**RIS3**), a dimensão regional da economia e o crescimento verde sublinhando, assim, as vantagens competitivas do potencial competitivo regional onde ele exista. O estabelecimento de um quadro de referência comum (**QEC**) sistematizou uma matriz comum da estratégia Europa 2020 que evoluiu para os Acordos de Parceria com os Estados-Membros.

O Acordo de Parceria **Portugal 2020** assume (entre outras) também essa dimensão estratégica da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos apontando para a criação

de valor assente (também) no binómio economia-ambiente e na proteção da natureza e do ambiente.

A partir do Acordo de Parceria desenvolveu-se a estrutura de operacionalização do quadro estratégico, traduzida na definição dos denominados **Programas Operacionais: POSEUR** (e o **Compromisso para o Crescimento Verde**), **Centro 2020** e **PDR 2020**.

O exercício que fizemos neste capítulo, ainda que limitado no âmbito e na duração, resultou na identificação de um conjunto de (7) novas **oportunidades de valorização** do património natural e do território de Estarreja, a partir do novo quadro de orientação de políticas públicas. Esta listagem não pressupõe que se estude em pormenor e se aposte em todas elas. Trata-se de um espaço de abertura e evolução para, feita a consolidação do existente, expandir o potencial, concretizando novos saltos qualitativos. Será esse o foco do capítulo final desta dissertação.

CAPÍTULO 5

5. OS NOVOS CAMINHOS – Considerações Finais

No caminho de progressão do conhecimento que se desenvolveu com esta dissertação e no lançamento do capítulo final, ressalta a noção de que este território é possuidor de enorme valor na dimensão tradicional mais ligada à agricultura, na dimensão ambiental pelo imenso potencial que a conservação ambiental desenvolvida traz em termos de atratividade externa e pela componente científica induzida pela extraordinária biodiversidade desta zona. Pode, também, ter igualmente um potencial muito relevante em termos económicos com impactos relevantes ao nível da economia local.

Pretende-se também saber o que fazer com todo o potencial que foi descrito nos capítulos 2 e 3 e como se criam dinâmicas económicas a partir da preservação destes recursos, tendo em conta o quadro de políticas públicas e orientações que analisámos no capítulo 4 e que resultaram em oportunidades possíveis de valorização e desafios para as políticas públicas.

Neste ponto importa que façamos um exercício retrospectivo sobre o que podemos retirar ou qual o “valor acrescentado” para esta dissertação da matéria abordada nos capítulos atrás referenciados.

No que se refere ao **capítulo 2**, que teve como ponto de partida um exercício de sistematização da informação existente, verificamos que partindo de ações físicas dispersas ligadas à resolução do passivo ambiental como a construção de infraestruturas, evoluímos para um âmbito mais organizado de valorização dos recursos e da cooperação intermunicipal, evolução essa pontuada pelo protocolo celebrado entre a autarquia e a Universidade de Aveiro que é um passo notável numa nova abordagem em que o conhecimento científico se torna parte essencial na transformação das políticas públicas através de um trabalho de cooperação inédito entre entidades deste cariz.

Recolhidas, contextualizadas e sistematizadas as intervenções que foram realizadas sobre o território na última década e meia, feita através do estudo da especificidade de cada uma delas, a sua diferenciação e validação, concluímos a dimensão relevante do muito que foi feito. Que permitiu que, nesse percurso de 15 anos, tenham ocorrido ganhos

qualitativos não expectáveis no início deste caminho não só ao nível da notoriedade externa mas também na aquisição de novos conhecimentos sobre o território.

No **capítulo 3**, tivemos oportunidade de sublinhar a imensa riqueza e diversidade da paisagem tão bem marcada pelo imenso mosaico de habitats que ali descrevemos e pelas extraordinárias espécies de fauna e flora que ali se encontram. Confirmámos a sua validade científica e as dinâmicas que daí podem surgir, traçando uma trajetória evolutiva quantitativa e qualitativamente, da política pública em Estarreja.

E vimos como o conhecimento científico (traduzido no nosso caso no elevado número de estudos e teses de mestrado que ali foram desenvolvidos nos últimos anos) pode contribuir para o desenvolvimento económico em locais diferenciados mas semelhantes em muitas dimensões. A evolução retratada neste capítulo traduz o entusiasmo da mobilização do conhecimento científico para a competitividade da região.

No **capítulo 4** aprofundámos o conhecimento sobre a estratégia **Europa 2020** que sublinha a necessidade de lançamento de uma “nova economia” inteligente, sustentável e inclusiva. Nessa perspetiva se evoluiu para uma economia mais ecológica e eficiente na utilização de recursos, sublinhando através da compreensão do quadro da **política regional**, a **inovação e competitividade** que propiciam as estratégias de especialização inteligente (**RIS3**), a dimensão regional da economia e o crescimento verde e propiciando, assim, as vantagens competitivas do potencial competitivo regional onde ele exista. O estabelecimento de um quadro de referência comum (**QEC**) sistematizou uma matriz comum da estratégia Europa 2020 que evoluiu para os Acordos de Parceria com os Estados-Membros.

O Acordo de Parceria **Portugal 2020** assume (entre outras) também essa dimensão estratégica da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos apontando para a criação de valor assente (também) no binómio economia-ambiente e na proteção da natureza e do ambiente.

A partir do Acordo de Parceria desenvolveu-se a estrutura de operacionalização do quadro estratégico, traduzida na definição dos denominados **Programas Operacionais: POSEUR** (e o **Compromisso para o Crescimento Verde**), **Centro 2020** e **PDR 2020**.

O exercício que fizemos no capítulo 4, resultou na identificação de um conjunto de (7) novas **oportunidades de valorização** do património natural e do território de Estarreja, a partir do novo quadro de orientação de políticas públicas. Esta listagem não pressupõe que se estude em pormenor e se aposte em todas elas. Trata-se de um espaço de abertura e evolução para, feita a consolidação do existente, expandir o potencial, ambicionando a concretização de novos saltos qualitativos, centrando-nos nas políticas municipais.

No momento seguinte, importa que se dedique um olhar sobre as **condicionantes da governação local**, nomeadamente aquelas que são hoje assumidas como os **novos desafios do poder local**. E para isso temos que olhar para o que há 20 anos atrás era referido como central na gestão autárquica e o que hoje é assim considerado. Ao tempo, questões como a taxa de cobertura de saneamento básico, equipamentos públicos municipais, arruamentos, no fundo “obra” física ocupava papel incontornável. Nos dias de hoje, questões como o desemprego, os resultados escolares, o desenvolvimento económico, a captação de investimento, a qualidade de vida, o ambiente e as respostas sociais representam o fulcro das preocupações das populações (Saraiva, 2014).

De novo aqui se devem ter em devida conta os desafios que neste campo são lançados pela estratégia Europa 2020. Estamos perante um adicional de preocupação, considerando que a fragmentação dos instrumentos de política pública exigirão a mobilização de diferentes agentes de mudança e a conjugação de tipologias de investimento (investigação, empreendedorismo, capacitação de empresas, internacionalização, formação, ...), muitas vezes com complementaridades intersectoriais, num difícil exercício de governança. Por outro lado, esta nova abordagem ao território implica necessariamente novas competências técnicas que consigam responder à necessidade de maximizar a utilização “municipal” dos meios financeiros pelos múltiplos agentes da economia municipal/regional, face às novas prioridades na aplicação dos

Fundos (em complementaridade com a tradicional “captação” de fundos pela própria autarquia).

Não será também difícil perceber que as questões ligadas à **sustentabilidade ambiental, económica e social**, têm já um papel central e que esse papel tenderá a ser muito mais relevante no futuro. Os **desafios sociais** que então se colocarão, sublinharão tais preocupações extensíveis a **áreas mais específicas** como a **alimentação saudável** ou o **envelhecimento ativo**, por exemplo. Somos assim “obrigados” a **pensar a sociedade do futuro** e os seus valores de uma forma mais **sistemática e sustentada**.

Previamente será também avisado, a meu ver, deixar cair desde já alguns “**dogmas**” que enfermam desde há muito as nossas mentes. E um deles reside precisamente na “**estanquidade**” dos territórios. Trata-se de projetar ações de valorização do território numa **escala** que **ultrapassa os limites territoriais de cada Município**. No nosso caso, não fará sentido que se perspetivem ações que não tenham em conta que estamos perante um território com características muito idênticas em todo o interface lagunar, sendo que no que toca a Estarreja, a semelhança morfológica da paisagem estende-se a norte a Ovar, a poente à Murtosa e a Sul a Albergaria-a-Velha e Aveiro. O que releva também de forma acentuada quando projetarmos a criação de redes alargadas que permitam ganhos de escala e complementaridade em termos de oferta territorial integrada. Em suma, as ações de valorização dos recursos naturais sobre as quais se deve refletir, tendo em vista o seu potencial de desenvolvimento económico, devem ser desenvolvidas sobre essa realidade territorial mais alargada que permitirá, creio, um progresso futuro com mais probabilidades de êxito. Daí que as ações a implementar devam ter essa componente mais regional e menos municipal. Repare-se que, se centramos em Estarreja um compasso e alargarmos o seu raio a uma distância de 30 km, no interior desse círculo cabe grande parte do território de Ovar, todo o território da Murtosa, uma parte substancial do território de Albergaria-a-Velha e toda a área do Concelho de Aveiro. Sem prejuízo das intervenções mais localizadas, a projeção das ações deve assim ter sempre em conta a dimensão territorial.

Uma outra preocupação que deverá ser lembrada tem a ver com o carácter diferenciador que projetos deste tipo deverão incorporar. Dito de outra forma, embora muitas coisas

estejam já inventadas, fazer mais do mesmo nada traz de novo. Daí que propostas que se possam equacionar de valorização dos recursos naturais de Estarreja, devam partir daquelas que são áreas diferenciadoras do Município e aqui o enquadramento natural e a extensa frente lagunar é protagonista, cabendo ao projeto BIORIA o papel principal. Trata-se de um grande ativo do Município, reconhecido nacional e internacionalmente, pelas razões apontadas no capítulo 2 e que possui ainda uma imensa margem de progressão, nomeadamente se direcionarmos a sua projeção para a aposta mais assertiva no Turismo de Natureza, onde o Birdwatching ocupa lugar de destaque. Aliás, esta componente da oferta turística nacional ocupa lugar de destaque no quadro da PAF (Quadro de Ações Prioritárias para a Rede Natura 2000) (Portugal 2020, Acordo de Parceria Portugal, 2014).

No final do capítulo anterior identificámos (Figura 10) sete **oportunidades de valorização** do território de Estarreja, a partir do quadro orientador das políticas públicas aplicáveis. Não é objetivo desenvolver sobre todas elas, mas apenas sobre aquelas que se me afiguram como de **maior grau de aplicabilidade**.

Uma **primeira oportunidade** forte resulta naturalmente da conjugação das prioridades 6.3 do Centro 2020, 6.4 do POSEUR e do Compromisso para o Crescimento Verde. Trata-se de trabalhar sobre a temática da proteção da Biodiversidade do património natural e dos serviços ecológicos, transpondo-a para a valorização através do projeto BIORIA. Na atualidade, o projeto BIORIA atrai mais de 20.000 visitantes por ano, disponibilizando um conjunto de serviços e atividades, nomeadamente Visitas Guiadas, aluguer de Bicicletas, passeios em Veículo Elétrico, Passeios em kayak e bateira, *Workshop's de birdwatching*, Cursos de astronomia e ilustração científica, Cursos de fotografia de aves e a Corrida de Obstáculos Biorace Challenge. E proporcionou já a criação de um conjunto de parcerias com entidades privadas desenvolvidas a partir do projeto, onde se destacam 3 projetos de Alojamento local “temático”, Passeios de charrete, Passeios de moliceiro, a criação de uma APP móvel com guia virtual integrando os 8 percursos do BIORIA. O potencial em termos de atração do turismo neste “nicho” específico é elevado e o desafio que se

coloca passa por criar condições para que os visitantes, para além da visita aquele território, permaneçam em Estarreja mais do que o tempo de visita específica. E que voltem, pois 2 dias não chegam para percorrer toda esta imensidão de zona de proteção especial. Para isso é necessário:

- Criar melhores condições ao visitante, na “porta de entrada” no BVL e BIORIA no Ribeiro de Salreu, com serviços de apoio e oferta de infraestruturas nomeadamente ao nível da restauração, apoio a estudos científicos e empresas de animação;
- Sensibilizar os operadores locais de alojamento para ofertas complementares adaptadas a quem visita o território, com “kits” de alimentação ligeira para quem vai visitar de bicicleta ou a pé os percursos;
- Para além das atividades que já lá decorrem, trazer para a zona do BIORIA atividades como a Feira Observaria, que durante alguns dias atraem milhares de visitantes para participarem nas inúmeras atividades que decorrem durante a realização da Feira;
- A partir das outras dimensões diferenciadoras do Concelho e da região, criar roteiros de visitas que incluam também a componente cultural (Cineteatro de Estarreja, o Carnaval e a arte urbana), científica (a Casa Museu do Prémio Nobel Egas Moniz) e industrial (passado e presente), podendo alargar a oferta às zonas de praia (e não só) dos concelhos vizinhos e à cidade de Aveiro.

Uma **segunda oportunidade** deverá centrar-se na **atividade agrícola** no território, não só em termos da sua dimensão económica associada às atividades agrícolas tradicionais, mas também pela dimensão de equilíbrio ambiental que induz no território pela ação de conservação de habitats e também pela valorização de uma componente afetiva (a agricultura tradicional naquela zona tem “história”), tornando-a num elemento estruturante de desenvolvimento futuro. A introdução da atividade agrícola nas dinâmicas de inovação e sustentabilidade, recuperando o passado mas adaptando-o ao novo modelo de desenvolvimento, parece-me constituir uma possibilidade real de desenvolvimento. E não podemos nem devemos esquecer a componente das alterações climáticas e as suas consequências no curto prazo num território tão suscetível como o nosso. A gestão da paisagem com vista à adaptação às alterações climáticas, ao nível

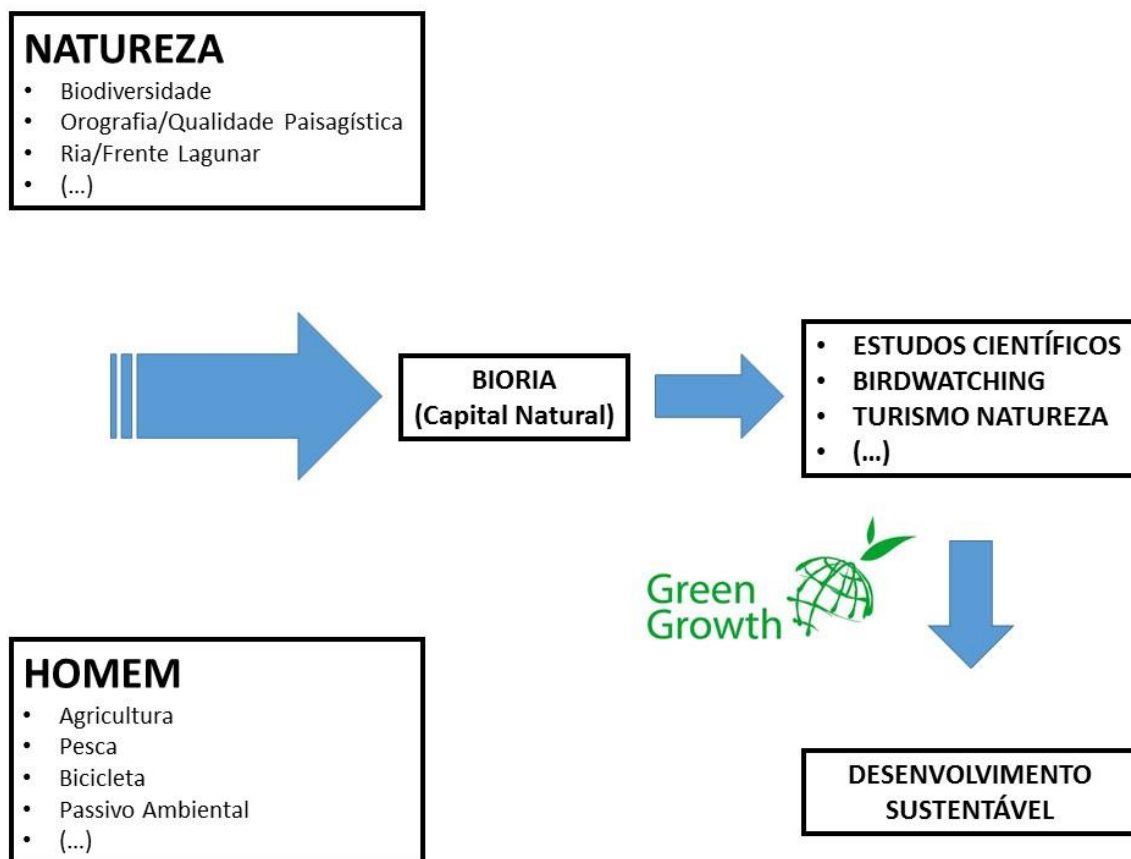
específico do Baixo Vouga Lagunar, depende assim também de uma forte articulação entre a atividade agrícola e a qualidade ambiental. Assim na sequência da definição no PDCT-RA da aposta já consumada no Projeto Agrícola do Vouga (PAV) afluída no capítulo 2, devemos assumir a dimensão regional não centrada apenas no território de Estarreja mas sim na área integrada no PAV.

E a partir daí deverá ser assumida:

- A criação de uma marca do Baixo Vouga Lagunar em que consigamos integrar a paisagem, a biodiversidade, a cultura local e a produção de qualidade (carne, leite, sal, arroz, turismo de natureza, atividades desportivas como o *running* num contexto diferente, desportos náuticos, artesanato). Neste contexto, o evoluir para uma possível certificação da “marca” implicaria de novo a mobilização do conhecimento científico para a valorização de um recurso;
- A organização e coordenação do sistema agroalimentar com base na distribuição de produtos do Baixo Vouga Lagunar numa lógica de economia de proximidade, que poderá incluir parcerias entre os produtores, os mercados e superfícies comerciais, os restaurantes, as cantinas escolares, etc.
- A organização de formação com conteúdos e atividades vocacionados para estimular o empreendedorismo de jovens agricultores, gestores de ambiente, animadores culturais, entre outros, envolvendo, por exemplo, a Universidade de Aveiro e outras instituições de ensino;
- Criação de sistemas de majorações aos agricultores do Baixo Vouga Lagunar que respeitem critérios de qualidade na sua produção e favoreçam a economia de proximidade na comercialização dos seus produtos (F:Acts!, 2013).

O exercício que resulta das 2 grandes oportunidades atrás lançadas é basicamente traduzido no seguinte esquema (Figura 11):

Figura 13 - Capital Natural como fonte de desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Vidal (2015)

Paralelamente a estas 2 dimensões que atrás sublinhámos, o desafio adicional que pode ser lançado para uma Câmara Municipal neste contexto, prende-se também com a “oportunidade” que resulta da tal nova centralidade que a política regional trouxe através da inovação, competitividade e da RIS3. A Câmara Municipal precisa de estudar que tipo de empresas podem desenvolver estratégias de competitividade valorizadas pelo investimento num território como Estarreja, ou seja, há que procurar novos interlocutores para este desafio, o que faz com que a Câmara deixe de ter o papel de grande transformador mas sim de “propiciador”, em linha aliás, com os novos desafios do poder local que afluíram no início deste capítulo. Por outro lado, o envolvimento da sociedade e da comunidade local nestes novos desafios tem de ser uma aposta conseguida, na senda deste novo papel que está cometido ao poder autárquico. Ao procurar este novo posicionamento e esta abordagem bem diferente da abordagem

tradicional, a Câmara está a definir uma nova orientação estratégica para a sua ação. Por outro lado, tendo em conta o quadro em que se desenvolve o QEC, que permite pelo seu cariz “comum” uma dinâmica evolutiva, podemos constatar que o que está a ocorrer em Estarreja com esta abordagem de valorização dos recursos naturais, está a ocorrer de certeza em muitos Estados-Membros como resultado do quadro comum no que respeita ao desenvolvimento de PI’s idênticas (as PI 6.3 e 6.4 são comuns). Pode-se assim concluir que podemos hoje aprender imenso e com muito maior proveito que anteriormente, porque os outros países estão a trabalhar enquadrados no mesmo quadro de referência em que nós estamos ou, dito de outra maneira, todos estão a “preservar e conservar”. O que representa uma oportunidade excelente de valorização pela parceria estratégica externa que lhe está associada. E uma enorme tarefa pela necessidade de se começar tão cedo quanto possível a perceber de que forma outros territórios estão a abordar os mesmos desafios!

As apostas de desenvolvimento, nomeadamente a nível autárquico ou na lógica de NUTIII, têm de ser bem projetadas e sustentadas, assumindo carácter diferenciador e complementar no contexto regional, com uma componente muito forte de influência na economia local ou microeconomia, deixando para trás definitivamente o paradigma (como agora se diz) de investimento unicamente direccionado às infraestruturas. Haverá quem diga que esta nova geração de investimentos não trazem ganhos elevados. Talvez assim seja em termos puramente financeiros e de visão de curto prazo. Mas se articularmos a dimensão de investimento numa economia local, com cariz de simbiose entre a sustentabilidade ambiental, o retorno económico e o progresso social ao nível local, concluiremos que temos ganhos a médio/longo prazo, sem delapidar recursos e património natural como aconteceria com outro tipo de investimentos de cariz mais “intensivo”. Por outro lado, a identificação da população com estas ações é evidente, o que permite que as mesmas possam adquirir mais facilmente um cariz disseminador. Daí que, salvo melhor opinião, as sugestões que lançamos para valorização dos recursos naturais de Estarreja e da região do Baixo Vouga Lagunar nos pareçam enquadradas nesta

visão atrás enunciada, na perseguição do objetivo central que reside no desenvolvimento económico alicerçado no ambiente e nas atividades tradicionais que nos caracterizam.

É um caminho possível para o futuro. Não será o único...!

5.1 Limitações da Pesquisa

Esta dissertação procurou, como já referido em anteriores ocasiões, validar o conhecimento existente e dar conta do progresso científico e do potencial de desenvolvimento que este território encerra.

A pesquisa efetuada encontra-se circunscrita, em termos de aplicação, ao Município de Estarreja (estudo de caso considerado). A proximidade do autor da dissertação ao tema da mesma, atento o conhecimento profundo do terreno e também as funções que ocupa, resultou num sentido operacional do trabalho efetuado, com uma maior sensibilidade às condicionantes práticas da atuação, ajudando a focar a temática para a procura do conhecimento sobre os caminhos futuros de ação. Daqui resultam naturalmente repercussões na amplitude da revisão da literatura (não tão abrangente como seria se o autor não possuísse essa “proximidade” ao tema) que deverão ser tidas em conta nos estudos futuros que se realizem sobre esta mesma temática. Mas sem esquecer que a interpretação faz parte da natureza do trabalho qualitativo (Denzin e Lincoln, 2000).

5.2 Recomendações para Investigações Futuras

Após conclusão deste trabalho de investigação, torna-se agora possível apresentar sugestões para futuras investigações na área da valorização do potencial económico da gestão responsável de recursos naturais. Várias poderão ser as abordagens a adotar. Em primeiro lugar, fica o estímulo para o aprofundamento da atual pesquisa procurando explorar outras variáveis (leia-se “oportunidades de valorização”) ou alargamento do âmbito do estudo a nível de outros municípios ou de outras áreas de atuação.

A análise comparativa entre municípios que valorizem o seu potencial económico e natural poderia trazer outros contributos de gestão responsável adicionais, enriquecendo a presente pesquisa, além das possibilidades de realização de estudos longitudinais cujas

conclusões sobre as possíveis orientações e quadros de Políticas Públicas poderiam ser interessantes.

Fará todo o sentido que se introduza aqui um factor que perpassa por toda a dissertação e que tem precisamente a ver com a Europa 2020, cuja influência vai muito para além dos meios financeiros por si só, representando muito mais na perspetiva daquilo que nos pode continuar a ensinar para o futuro. De facto o aspeto diferenciador trazido por este novo modelo de desenvolvimento (inteligente, sustentável e inclusivo) abre novas portas e projeta cenários onde se deve aprofundar de que forma estas novas orientações vão ter tradução na prática política.

Nesta natural exploração de novos caminhos que aqui se lança devem também ocupar lugar de destaque todas as possibilidades que se podem abrir a partir da aplicação do imenso manancial de conhecimento científico que aqui existe e de que forma dele nos podemos valer para desenvolver novo conhecimento, incentivando um sempre difícil mas desafiante, exercício de aprofundamento da relação entre a Universidade e a sociedade.

E a oportunidade que anteriormente denominámos como “parceria estratégica externa” representa por si só um importante desafio se atentarmos nas perspetivas de desenvolvimento diferenciado que por aqui se podem trabalhar. Imagine-se a quantidade de países e regiões a trabalhar sob a mesma base mas com perspetivas e abordagens diferentes.....!

Há também uma dimensão nova a explorar e que se refere com a capacitação dos agentes que interagem com as políticas públicas regionais (autarcas, dirigentes e técnicos das autoridades de gestão e das Câmaras Municipais, ...) para estas novas abordagens e este novo “paradigma” (palavra tão em voga nos dias de hoje) no relacionamento com as novas orientações das políticas públicas Europeias e para o novo modelo de desenvolvimento que estas prefiguram.

Considera-se assim que, apesar de se ter conseguido dar resposta aos objetivos da pesquisa, este trabalho permitiu perceber que há matéria para desenvolver, o que poderá despertar a vontade posterior de aprofundar o tema e estimular a realização de outros trabalhos de investigação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, 2015. Retrieved from <http://www.publico.pt/economia/noticia/manuel-castro-almeida-os-municipios-vao-poder-atribuir-dinheiro-a-criacao-de-empresas-1708249?page=2#/follow>

BIORIA (2015). Retrieved from www.bioria.com

BirdFair (2015). Retrieved from <http://www.birdfair.org.uk/>

Birdwatching in Extremadura (2015). Retrieved from [www.birdwatching-extremadura.com](http://www.birdwatching-extremadura.com;);
<http://www.birdinginextremadura.com/viajar/birding/pt/index.html>

Câmara Municipal de Estarreja (2001). Plano Estratégico Territorial de Estarreja, elaborado por Rosa Pires e outros

Câmara Municipal de Estarreja (2004). Grandes Opções do Plano e Orçamento

Câmara Municipal de Estarreja (2011). Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Estarreja e a Universidade de Aveiro

Caníçal (2015). Retrieved from <http://www.icnf.pt/portal/agir/resource/doc/sab-ma/zh/gloss-ZH>

Centro 2020, Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (2015). EU

Cicloria (2015). Retrieved from <http://cicloria.blogs.sapo.pt/>; <http://www.cm-estarreja.pt/newstext.php?id=5078>

Comissão Europeia (2012a) Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations (RIS3)

Comissão Europeia (2013). Guide to Multi-Benefit Cohesion Policy Investments in Nature and Green Infrastructure

Comissão Europeia (2012b). Connecting Smart and Sustainable Growth through Smart Specialisation

Comissão Europeia (2011). Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente

Compromisso para o Crescimento Verde (2015). Edição MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Comissão Europeia (2011). Contributo da Política Regional para o Crescimento Sustentável na Europa 2020 COM (2011)17 final, (2011). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões

Comissão Europeia (2010). Contributo da Política Regional para um Crescimento Inteligente no quadro da estratégia Europa 2020 (COM2010)553 final, (2010). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões

Corredor ripícola (2015). Retrieved from <http://naturlink.sapo.pt/Natureza-e-Ambiente/Sistemas-Aquaticos/content/Galerias-ribeirinhas-mediterranicas--oasis-lineares?bl=1>

Denzin, N.K.; Lincoln, Y.S. (2000). The discipline and practice of qualitative research. Handbook of qualitative research. 2. ed. Sage.

DGADR, 1996. Retrieved from <http://www.dgadr.mamaot.pt/mecanizacao/normalizacao>

Eco-Parque Empresarial de Estarreja (2015). Retrieved from http://www.cm-estarreja.pt/eco_parque

ERASE (2015), Agrupamento para a regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja, ACE. Retrieved from <http://www.cm-estarreja.pt/newstext.php?id=1243>

Espécies Prioritárias (2008). Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008, publicado no DR nº 139/2008, de 21 de julho

Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente – RIS3 (2015).

Retrieved from <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3pguide>;
http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/en/c/document_library/get_file?uuid=e50397e3-f2b1-4086-8608-7b86e69e8553

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 da Região de Aveiro (2015). Retrived from

http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectolId=29

Europa 2020 (2015). Retrieved from http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm;
http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/guides/2013/guide-to-multi-benefit-cohesion-policy-investments-in-nature-and-green-infrastructure; European Commission (2012), Commision Staff Working Document, Brussels

F:Acts! (2013). A multifuncionalidade da paisagem no Baixo Vouga Lagunar: uma contribuição para a adaptação às alterações climáticas. DGT, MAMAOT, INTERREGIVC, EU

Fernandes, A. J. (1995). Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos. Porto: Porto Editora.

FIO (2015). Feria Internacional de Turismo Ornitológico. Retrieved from <http://fioextremadura.es/?lang=en>

Fortin, M. F. (1999). O Processo de investigação. Tradução de Nídia Salgueiro. Loures: Lusociência.

Google (2015). Retrieved from <https://www.google.pt/maps>

Juncal (2015). Retrieved from <http://www.icnf.pt/portal/agir/resource/doc/sab-ma/zh/gloss-ZH>

Innovating for Sustainable Growth (2012). A Bioeconomy for Europe. Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions.

KISER, E. (1997). Comment: evaluating qualitative methodologies. *Sociological Methodology*. Vol. 27, pp. 151-158.

Livro Vermelho dos vertebrados de Portugal (2004). Instituto de conservação da Natureza e das Florestas

Malhotra, N. K. (2002). *Pesquisa de Marketing – uma orientação aplicada*. Tradução de Montingelli, Nivaldo e Farias, Alfredo Alves. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman.

MEA 2005, citada em Partidário, M.R (2010). "Integração dos Serviços de Ecossistemas na Avaliação de Impactos", SENSU, Research Group on Strategic Approaches to Environment and Sustainability, Instituto Superior Técnico

Município de Estarreja (2015). Retrieved from <http://ww.cm-estarreja.pt>

Observação de aves/Birdwatching (2015). Retrieved from https://pt.wikipedia.org/wiki/Observação_de_aves

PACOPAR (2015), Painel Comunitário de Atuação Responsável de Estarreja. Retrieved from www.pacopar.org

Parque Municipal do Antuã (2015). Retrieved from http://www.cm-estarreja.pt/eco_parque

Pires, Artur da Rosa (2015), Apresentação “Planeamento Territorial e Especialização Inteligente: Uma aliança Improvável?”, Ciclo de Conferências Urbanismo, Ambiente e Desenvolvimento regional, CCDRLVT

Plano de desenvolvimento e coesão territorial da região de Aveiro – PDCT-RA (2015). Retrieved from http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27849¬iciald=36352&pastaNoticiasReqId=36231; <http://centro.portugal2020.pt/index.php/iti-investimentos-territoriais-integrados>; <http://centro.portugal2020.pt/index.php/dlbc-desenvolvimento-local-de-base-comunitaria>; http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectol [d=29](http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectol)

Plano Setorial Rede Natura 2000 (2015). Retrieved from

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/p-set>

POLIS Litoral da Ria de Aveiro (2015). Retrieved from <http://www.polisriadeaveiro.pt/>

Portugal 2020, Acordo de Parceria Portugal (2014) – Governo de Portugal.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR (2015).

Retrieved from <https://poseur.portugal2020.pt/>;

<https://poseur.portugal2020.pt/pt/eixos-de-investimento/eixo-iii/>;

https://poseur.portugal2020.pt/media/4076/po_seur_texto-oficial-do-programa.pdf

QREN (2015). Retrieved from <http://www.qren.pt/np4/home>

Quadro Estratégico Comum (QEC) (2015). Retrived from

<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=67&langId=pt&newsId=7936>

RAMSAR (2015). Retrieved from <http://www.ramsar.org/>

Relatório Brundtland (1987). Retrieved from

<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>

Relatório técnico de aplicação das orientações de gestão definidas pelo plano sectorial da rede natura 2000 ao concelho de Estarreja no âmbito da revisão do PDM (2015).

Retrieved from <http://www.cm->

[estorreja.pt/pdf/PDM_Discussao_publica/Relatorio_do_Plano/Volume%202/Relatorio_RedeNatura.pdf](http://www.cm-estorreja.pt/pdf/PDM_Discussao_publica/Relatorio_do_Plano/Volume%202/Relatorio_RedeNatura.pdf);

Resolução do Conselho de Ministros Nº 115-A/2008. Retrieved from

<http://www.icnf.pt/portal/icnf/legisl/legislacao/2008/resolucao-do-conselho-de-ministros-n.o-115-a-2008-de-21-de-julho.-d.r.-n.o-139-suplemento-serie-i>

RIS 3 do Centro de Portugal (2015). Estratégia Regional de Especialização Inteligente

(EREI) Retrieved from <http://centro.portugal2020.pt/index.php/ris-3>;

<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/EREI%20Centro.pdf>; <http://ris3.ccdrc.pt/index.php/ris3-notaapt>

Sapal (2015). Retrieved from <http://www.icnf.pt/portal/agir/resource/doc/sab-ma/zh/gloss-ZH>

Saraiva, Pedro (2014). Apresentação "Os novos desafios do Poder Local", Convenção Autárquica PSD/CDS Estarreja, dezembro

SIMRIA. Retrieved from

www.simria.pt; <http://www.aguasdocentrolitoral.pt/>; www.simria.pt;
<http://www.aguasdocentrolitoral.pt/>

Towards Green Growth (2011). Retrieved from

<http://www.oecd.org/greengrowth/towards-green-growth-9789264111318-en.htm>

Unir@ria (2015). Retrieved from

http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectId=20

Vidal, Adolfo (2015). Apresentação “BIORIA, CONHECER PARA VALORIZAR, um exemplo local de biodiversidade e um contributo para a sustentabilidade”, Conferência Estarreja 2020, um compromisso global na agenda local, maio

7. ANEXOS

Anexo 1 – Matriz de enquadramento de Medidas

POSEUR	POR-C	PDR2020	DLBC	ITI
OT 3: Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura				
		M2		
OT4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores				
		M5		
OT5: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos				
5.1		M4		5.1
5.2				5.2
OT6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos				
6.4	6.3		6.3	6.3
OT8: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores				
8.1				8.3
8.3	8.1	M6	8.3	8.8
8.8				

LEGENDA:

M2: Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e promover tecnologias agrícolas inovadoras e gestão sustentável das florestas, nomeadamente procurando melhorar o desempenho económico de todas as explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola e facilitando a entrada de agricultores adequadamente qualificados no setor agrícola, e em especial da renovação geracional neste setor

M5: Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, melhoria da eficiência na utilização da energia pela agricultura e indústria alimentar, facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não

alimentares para promover a bioeconomia e a promoção da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura.

5.1. Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

5.2. Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

M4. Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura, nomeadamente a restauração, preservação e incremento da biodiversidade, incluindo nas zonas Natura 2000, zonas que enfrentam restrições naturais ou outras específicas, e zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias e melhoria da gestão da água e do solo

6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural

8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

8.8. Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas

Anexo 2 – Estudos científicos realizados no território com incidência direta sobre o tema da dissertação

- (1996-1998)
 - Distribuição e Ecologia trófica da Lontra (*Lutra lutra*) na Ria de Aveiro – Baixo Vouga Lagunar (Tese de Mestrado - Nuno Gomes/ Universidade do Porto);
- (2004-2005)
 - Monitorização da colónia reprodutora de Garça-vermelha em Salreu (Relatório científico - Rui Brito e António Pereira/ Universidade do Porto);
- (2009-2011)
 - Parâmetros reprodutores, dieta e crescimento da Garça-Vermelha *Ardea Purpurea* em Salreu, Aveiro (Camilo Carneiro - Tese de Mestrado em Ecologia, Ambiente e Território/ Universidade do Porto);
- (2010/11)
 - Caracterização espaço-temporal dos carnívoros no BioRia (Sara Marques – Estágio Profissionalizante/Universidade de Aveiro);
- (2011/12)
 - Fatores que afetam os padrões sazonais e espaciais de diversidade e atividade dos morcegos em diferentes habitats da paisagem humanizada do Baixo Vouga Lagunar (BVL) (Eduardo Mendes - Mestrado);
- (2012-2014)
 - Fatores que afetam os padrões sazonais e espaciais de diversidade e atividade de anfíbios em diferentes habitats da paisagem humanizada do BVL (Inês Torres - Mestrado/Universidade de Aveiro);
 - Dieta do Tartaranhão-ruivos-dos-pauis (*Circus aeruginosus*) e fatores espaciotemporais que afetam sua distribuição (Michele Alves - Mestrado/Universidade de Aveiro);
 - Fatores afetam os padrões sazonais e espaciais de diversidade e atividade de micromamíferos e carnívoros em diferentes habitats da paisagem

humanizada do BVL (Sara Marques - Mestrado/Universidade de Aveiro);

- (2012-2013)
 - Seleção divergente e isolamento reprodutor: um estudo empírico em escrevedeiras-dos-caniços (Luís Gordinho/ Doutoramento do CIBIO/Universidade do Porto)
- (2013/14)
 - Que fatores afetam a colonização de refúgios artificiais por *Hyla arborea* (Rita Vale - Mestrado/Universidade de Aveiro)
 - Técnicas de identificação molecular de lontra (*Lutra lutra*) com base em amostras não invasivas (Diana Ferreira - Mestrado/Universidade de Aveiro)
 - Padrões espaciais e sazonais de diversidade de insetos na paisagem humanizada do Baixo Vouga Lagunar (Daniela Maia - Mestrado/Universidade de Aveiro).